

ATA DA SEPTUAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA  
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA,  
EM 17-8-2022.

---

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se, de forma presencial, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D`Ávila, Laura Sito, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Celso Cirino, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Matheus Gomes, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 010/22 (Processo nº 0237/22), de autoria de Jessé Sangalli; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 134/22 (Processo nº 0258/22), de autoria de Alvoni Medina. Na oportunidade, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a: Daner Hernandez Silva, por solicitação de Aldacir Oliboni; e João Paulo Andrade da Silva, por solicitação de Cláudia Araújo. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Claudio Janta, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão, passando imediatamente à Ordem do Dia. Às quatorze horas e trinta minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 026/21 (Processo nº 1049/21), após ser discutido por Roberto Robaina, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Matheus Gomes e Daiana Santos. Na ocasião, por solicitação de Moisés Barboza, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Armindo Antônio Ranzolin. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e oito minutos às quinze horas e dezessete minutos. Foram apregoadas as Emendas nº 02 e 03, assinadas por Aldacir Oliboni, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 026/21, foi aprovado Requerimento solicitando que essas emendas fossem dispensadas do envio à apreciação de Comissões Permanentes, e foi apregoado Requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, solicitando votação em destaque para as emendas apregoadas. Foram apregoadas as Emendas nº 04 e 05, assinadas por Leonel Radde, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 026/21, foi aprovado Requerimento solicitando que essas emendas fossem dispensadas do envio à apreciação de Comissões Permanentes, e foi apregoado Requerimento de autoria de Leonel Radde, solicitando votação em destaque para as emendas apregoadas. Foi apregoada a Subemenda nº 01, assinada por Pedro Ruas, à Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 026/21, foi aprovado Requerimento solicitando que essa subemenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões

Permanentes, e foi apregoado Requerimento de autoria de Leonel Radde, solicitando votação em destaque para a subemenda apregoada. Foi rejeitado o Substitutivo nº 01 oposto ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 026/21, por onze votos SIM e vinte e um votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Aldacir Oliboni, Pedro Ruas e Leonel Radde, em votação nominal solicitada por Claudio Janta e Pedro Ruas, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Moisés Barboza, Pedro Ruas e Roberto Robaina, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Celso Cirino, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 026/21, por onze votos SIM e vinte votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Aldacir Oliboni, Leonel Radde e Matheus Gomes, em votação nominal determinada pela Presidente, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Roberto Robaina, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Celso Cirino, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 026/21, por doze votos SIM e dezenove votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Laura Sito e Karen Santos, em votação nominal determinada pela Presidente, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Celso Cirino, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mônica Leal e Ramiro Rosário. Na oportunidade, foram registradas as seguintes intenções de voto: de Airto Ferronato, favoravelmente ao Substitutivo nº 01 oposto ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 026/21; e de Mônica Leal, contrariamente à Emenda nº 02 aposta ao mesmo Projeto. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 026/21, por treze votos SIM e vinte e um votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Aldacir Oliboni, Pedro Ruas e Bruna Rodrigues, em votação nominal determinada pela Presidente, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas e Roberto Robaina, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Celso Cirino, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo,

Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. A Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 04 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 026/21 foi declarada prejudicada em razão da rejeição da Emenda nº 04. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 026/21, por doze votos SIM e vinte votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Laura Sito, Daiana Santos e Matheus Gomes, em votação nominal solicitada por Aldacir Oliboni, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Celso Cirino, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Na oportunidade, foi registrada a presença de Ênio Bastos, vereador do município de Alegrete – RS. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 026/21, por vinte votos SIM e dez votos NÃO, em votação nominal determinada pela Presidente, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Celso Cirino, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, e votado Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 026/21, por vinte e dois votos SIM e onze votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Aldacir Oliboni, Leonel Radde, Pedro Ruas, Felipe Camozzato, Daiana Santos e Claudio Janta, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Celso Cirino, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, e votado Não Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Claudio Janta, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia para apreciar imediatamente o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/22 (Processo nº 0405/22), por vinte votos SIM e onze votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Aldacir Oliboni, Pedro Ruas, Laura Sito e Mari Pimentel, em votação nominal solicitada por Laura Sito e Aldacir Oliboni, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Celso Cirino, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson

Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Moisés Barboza, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, e votado Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Claudio Janta, solicitando a prorrogação do tempo regimental da presente Sessão por até duas horas. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando que os Requerimentos n°s 126, 136 e 086/22 (Processos n°s 0616, 0674 e 0404/22, respectivamente) fossem apreciados conjuntamente. Em Votação, foram aprovados conjuntamente os Requerimentos n°s 126, 136 e 086/22. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo n° 007/22 (Processo n° 0405/22), após ser discutido por Mari Pimentel, Laura Sito, Bruna Rodrigues, Márcio Bins Ely, Ramiro Rosário, Felipe Camozzato, Matheus Gomes, Karen Santos e Roberto Robaina. Às dezoito horas e trinta minutos, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Roberto Robaina. Na oportunidade, foram registradas as presenças de Ricardo Gomes, Vice-Prefeito Municipal de Porto Alegre, e de Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. Foram apregoadas as seguintes proposições acessórias ao Projeto de Lei Complementar do Executivo n° 007/22: Emenda n° 02, assinada por Mari Pimentel; Emendas n°s 03 e 04, assinadas por Airto Ferronato; Emendas n°s 05 e 06, assinadas por Aldacir Oliboni; Emendas n°s 07 e 08, assinadas por Pedro Ruas; Emendas n°s 09 e 10, assinadas por Leonel Radde; Emendas n°s 11 e 12, assinadas por Daiana Santos e Bruna Rodrigues; Emenda n° 13, assinada por Márcio Bins Ely e Subemenda n° 01, assinada por Leonel Radde, à Mensagem Retificativa. Também, foram apregoados os seguintes requerimentos relativos ao Projeto de Lei Complementar do Executivo n° 007/22: de autoria de Mari Pimentel, solicitando votação em destaque para a Emenda n° 02; de autoria de Aldacir Oliboni, solicitando votação em destaque para as Emendas n° 05 e 06; de autoria de Pedro Ruas, solicitando votação em destaque para as Emendas n°s 07 e 08; e de autoria de Leonel Radde, solicitando votação em destaque para as Emendas n°s 09 e 10 e para a Subemenda n° 01 à Mensagem Retificativa, e solicitando a retirada de tramitação da Emenda n° 09. Às dezenove horas e dois minutos, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Aldacir Oliboni. Foi votada destacadamente e rejeitada a Subemenda n° 01 à Mensagem Retificativa aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo n° 007/22, por onze votos SIM e vinte e dois votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Jonas Reis, em votação nominal solicitada por Claudio Janta, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Celso Cirino, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário.

Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/22, por doze votos SIM e vinte e dois votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Mari Pimentel e Jonas Reis, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Celso Cirino, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/22, por onze votos SIM e vinte votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Aldacir Oliboni e Jonas Reis, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 06 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/22, por onze votos SIM e vinte e dois votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Jonas Reis e Roberto Robaina, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Celso Cirino, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi aprovado Requerimento solicitando que as Emendas nºs 07, 08 e 10 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/22 fossem apreciadas conjuntamente. Foram votadas destacadamente e rejeitadas conjuntamente as Emendas nºs 07, 08 e 10 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/22, por onze votos SIM e vinte e dois votos NÃO, após serem encaminhadas à votação por Aldacir Oliboni e Jonas Reis, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica

Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi aprovado Requerimento solicitando que as Emendas nºs 03, 04, 11, 12 e 13 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/22 fossem apreciadas conjuntamente. Foram rejeitadas conjuntamente as Emendas nºs 03, 04, 11, 12 e 13 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/22, por treze votos SIM e vinte votos NÃO, em votação nominal solicitada por Aldacir Oliboni e Jonas Reis, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas e Roberto Robaina, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi aprovada a Mensagem Retificativa aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/22, por vinte e três votos SIM e dez votos NÃO, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, e votado Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/22, por vinte e um votos SIM e dez votos NÃO, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, e votado Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/22, por vinte e três votos SIM e dez votos NÃO, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, e votado Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi apregoado documento firmado por Moisés Barboza, comunicando a alteração de seu nome parlamentar para Moisés Maluco do Bem. Às vinte horas e vinte minutos, constatada a inexistência de quórum, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima

sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Jonas Reis, Idenir Cecchim e Mari Pimentel. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

---

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Boa tarde!

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Daner Hernandez Silva, de 45 anos de idade, técnico de som, morador da região leste, que, ao salvar a sua família infelizmente foi vítima das fortes chuvas na última segunda-feira. Então, cabe o reconhecimento aqui por esse cidadão ser de Porto Alegre e ter feito um trabalho meritório que orgulho a todos nós.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. João Paulo Andrade da Silva, irmão do meu assessor, que faleceu nesta manhã de um infarto fulminante. Obrigada.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, solicitando a alteração da ordem dos trabalhos para entrarmos diretamente na Ordem do Dia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 14h30min:** Havendo quórum, passamos à

## **ORDEM DO DIA**

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 1049/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 026/21**, que reorganiza o Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre (CMS/POA), e revoga a Lei Complementar nº 277, de 20 de maio de 1992; a Lei Complementar nº 287, de 8 de janeiro de 1993; o art. 8º da Lei Complementar nº 395 de

26 de dezembro de 1996; e os arts. 2º e 3º da Lei Complementar nº 660, de 7 de dezembro de 2010. (SEI 118.00308/2021-61)

**Pareceres:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e do Substitutivo nº 01;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Moisés Barboza: pela aprovação do Projeto e do Substitutivo nº 01;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Jessé Sangalli: pela aprovação do Projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 01;
- da **COSMAM**. Relatora Ver<sup>a</sup> Lourdes Sprenger: pela aprovação do Projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 01.

**Observações:**

- com Substitutivo nº 01, dos Vers. Aldacir Oliboni e Leonel Radde;
- com Emenda nº 01, do Ver. Claudio Janta (líder do Governo);
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- discutiram a matéria a Vereadora Bruna Rodrigues e os Vereadores Pedro Ruas, Airto Ferronato, Leonel Radde e Aldacir Oliboni em 15-08-22;
- incluído na Ordem do Dia em 01-06-22.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em discussão o PLCE nº 026/21. (Pausa.) O Vereador Roberto Robaina está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Presidente Cecchim, vereadores, vereadoras, público que assiste na TVCâmara e, sobretudo, o pessoal que veio aqui se manifestar, embora nós tenhamos uma Câmara com menor acessibilidade, porque ficar neste aquário aqui não é muito divertido. Não é muito útil essa separação entre o público e os vereadores e as vereadoras. As pessoas que vieram aqui vieram por uma razão muito clara. Elas são preocupadas, e eu não tenho a menor dúvida de que, se a Câmara de Vereadores fizesse um real esforço para que a população de Porto Alegre acompanhasse os debates e as votações que realiza, nós teríamos um público muito maior, e a Câmara seria cercada pelo povo que quer defender um SUS de verdade, um SUS público, portanto, sem esses projetos de terceirização, de privatização, projetos esses que, para serem implementados, necessitam justamente liquidar com qualquer democracia. Os conselhos são a expressão da democracia, porque os conselhos têm capacidade de denunciar as falcatruas realizadas por governos e têm a capacidade de deliberar a favor do povo. E o projeto que o governo Melo quer executar é um projeto de liquidação dos conselhos – esse é o projeto! Eu quero saudar a Diana, que é presidente do Conselho Municipal, que é uma guerreira da causa do SUS, não é à toa que ela esteve aqui na semana passada e está aqui de novo. Em nome dela, eu saúdo a



todos que vieram hoje aqui manifestar esse interesse popular, o interesse popular está mais expresso nas galerias do que no plenário, se eu não estou enganado, porque, infelizmente, os vereadores da base do governo, que compõem, sim, a maioria, compõem a maioria, a gente tem reconhecido isso ao longo dessa mesma legislatura, sequer atendem ao apelo que foi feito pelo Ver. Oliboni, como líder da oposição, e pelo Ver. Pedro Ruas, que é um dos vereadores com a maior experiência aqui na Câmara de Vereadores, que apelaram para o governo para abrir um processo real de negociação, porque a necessidade de alterações já estava posta em 2016. Em 2016 foi apresentado um projeto, pelo prefeito Fortunati, quando o Sebastião Melo era vice, que é um projeto que pode servir de base para as discussões, mas o governo não quer sequer o projeto que foi apresentado pelo Fortunati e pelo Melo, quer um projeto para liquidar o conselho. Essa é a diferença de 2016 para agora. Nesse período, onde o Marchezan não conseguiu aplicar o seu plano, não conseguiu aplicar o seu programa, o Sebastião Melo está pegando o mesmo programa do Marchezan, garantindo uma maioria sólida na Câmara, para enfiar goela abaixo de Porto Alegre, sem debate, sem um processo transparente, uma mudança que liquida o conselho, porque de fato é isso, e o Pedro Ruas explicava muito bem que um conselho sem poder de deliberação não é um conselho. As pessoas não querem um conselho para simplesmente debater, as pessoas querem um conselho que possa deliberar, e o governo Melo não quer nenhuma instância coletiva que delibere, porque o governo Melo quer justamente utilizar essa maioria da Câmara de Vereadores para ser avalista, como se a Câmara fosse um cartório para avalizar tudo que o governo propôs, e é isso que tem ocorrido. E apesar que de isso tenha ocorrido, a cidade de Porto Alegre não está melhorando, está piorando, porque a única forma de melhorar a cidade é com a participação popular e é a participação popular que o governo Melo quer negar o tempo inteiro. Então, sequer o apelo feito pelo Ver. Pedro Ruas para que o governo debata, para que o governo estabeleça uma verdadeira negociação foi aceito, e o governo veio hoje de novo tentar aprovar o seu projeto; então, infelizmente, sabemos que como Câmara está atuando de uma forma muito distante da cidade, como se fosse numa redoma, literalmente numa redoma de vidro, sem a discussão com a população, infelizmente a Câmara tem votado projetos que são projetos opostos aos interesses do povo. Nós esperamos sinceramente, até o final dessa discussão, que o governo – já estou cético em relação a isso, Ver. Pedro Ruas, porque esses apelos feitos pelo Oliboni, pelo Ruas, foram feitos na sessão passada; de lá para cá não houve nenhuma intenção do governo de conversar. Então, eu estou lamentando que os vereadores da base do governo aceitem essa lógica de fazer com que a Câmara, simplesmente, seja um lugar para avalizar os interesses do governo; a Câmara tem que ter um poder autônomo, a Câmara tem que pensar por conta própria, não é possível que qualquer projeto que vem aqui, os vereadores aprovem porque veio do Executivo; nesse caso, nós estamos apelando, inclusive, para que o governo tenha como base o projeto de 2016, quando Sebastião Melo era vice, e não esse projeto de agora, quando Sebastião Melo é Prefeito, que é um projeto que trata de piorar aquilo que o Marchezan tentou fazer e não pode. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB) (Requerimento):** Destoando das falas sobre o projeto, queria comunicar que acabamos de perder, no Rio Grande do Sul, um grande comunicador, que acabou de falecer – conhecemos seu trabalho por Porto Alegre, pelo Rio Grande do Sul, para o qual gostaria que esta Casa pudesse se somar a este momento difícil para a família, bem como para os comunicadores do Estado; portanto, Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Armindo Antônio Ranzolin.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Ressalto a importância do Sr. Armindo Antônio Ranzolin, Ver. Cassiá - por muitos anos ouvimos a sua voz.

Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCE nº 026/21.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Obrigado pelo espaço da palavra, Presidente da Câmara de Vereadores; ao povo de Porto Alegre, o meu abraço, principalmente às trabalhadoras, aos trabalhadores, aos usuários do SUS, às instituições que defendem a saúde do povo, que aqui estão. Lamentavelmente, muitos viram as costas para vocês, e viram as costas para o povo como um todo, porque vocês representam o poder popular. E é disto que o Sebastião Melo tem medo: tem medo do povo, tem medo de quem defende democracia, de quem fiscaliza os dinheiros que vêm dos impostos. Há dois tipos de políticos no Brasil: o político que anda no meio do povo, que senta com povo, que conversa com o povo, que ouve o povo e que faz o que o povo pede, através do poder popular; e tem aquele outro político que, de dois em dois anos, aparece para pedir votos nas sinaleiras, nas ruas, entra e sobe ladeiras nas vilas, e diz que vai melhorar a educação, a saúde – esses são os “sebastiões melo” que existem por aí! Na campanha, é beijinho e beijinho, depois de eleito, é tchau, tchau, SUS público; tchau, tchau participação popular; tchau, tchau poder do povo, porque eles têm outros interesses, que não são os interesses daqueles que querem ver médicos nos postos de saúde, pediatras, ginecologistas, por isso que o prefeito Melo tirou, não tem ginecologista; não tem pediatra; não tem cadeiras de dentista; não tem dentistas em todos os postos, porque eles acham, esses “sebastiões melos”, que a saúde é mercadoria. E é por isso que nós temos que defender o controle público, pela mão do povo, através do Conselho Municipal de Saúde, da forma que ele existe e não da forma reduzida que o prefeito quer. Ele não quer as pessoas que entendem da saúde pública, ele não quer os trabalhadores do SUS lá dentro, dizendo que faltam insumos, dizendo que há demanda reprimida. Nesta cidade se demora mais de 500 dias para poder fazer uma cirurgia, e é isso que o prefeito não quer, que alguém anuncie, denuncie e cobre que ele trabalhe. Ele só quer receber o seu salário numa boa e ficar lá no seu gabinete tranquilamente. Ele não quer responder pelas mães e pais que chegam no posto de saúde e não conseguem

ter atendimento para o seu filho porque não tem mais pediatra, Presidente Cecchim, nesta cidade. As mulheres guerreiras, que são maioria, não só nessa cidade, mas no Brasil, que não têm ginecologista. É por isso que o que tem, e a gente está vendo, é um monte de dinheiro público no caixa das empresas, como aconteceu nessa chuvarada. A SPDM que faz a gestão do pronto atendimento Bom Jesus e Lomba do Pinheiro, choveu e caiu todo o telhado, caiu todo e ficou interditado, porque eles dizem: Bota o dinheiro do público no privado que melhora. E vocês que denunciam no Conselho local, distrital e Conselho Municipal, eles não querem que vocês continuem denunciando, que vocês sejam a representação verdadeira dos anseios da população. É por isso que eles querem aqui esmagar os Conselhos. Mas vocês podem até votar, vocês podem até ter voto para aprovar, mas vocês jamais terão o poder popular que vai se levantar, sim, vai se levantar e vai dizer não para o Sebastião Melo. Vocês podem modificar a estrutura como vocês querem, agora vocês nunca vão tirar o poder de indignação do povo trabalhador, das periferias que estão aqui representadas pelo Conselho Municipal, distrital e local de saúde. Viva o SUS público, viva a democracia, viva a participação popular. Não aos vendilhões da saúde pública. Nós queremos um SUS como está aqui nesse adesivo que eu tenho orgulho de utilizar: 100% público, com acesso universal, com qualidade social. Vocês não querem porque vocês têm planos de saúde, os poderosos têm plano de saúde e não se importam com o Sistema Único de Saúde, mas nós – podem escrever – vamos continuar de pé com esse povo liderando uma luta para dizer não à venda da saúde pública nesta cidade.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para discutir o PLCE nº 026/21.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa tarde a todos e todas. Primeiramente saudar a mobilização dos trabalhadores da saúde e dos usuários do SUS que estão presentes aqui no dia de hoje, cumprindo um papel importante de pressionar a vereança de Porto Alegre no sentido público, no sentido da transparência, no sentido da gratuidade, no sentido da gestão participativa e popular que é aquilo que nós defendemos no momento em que a saúde, assim como diversos direitos, presentes na Carta Magna, vêm sendo deturpados. O setor privado vê a educação, a saúde, o transporte, o direito à habitação enquanto mercadoria, e a lógica do lucro vem pautando os negócios desta cidade. E não é à toa a gente vê a desigualdade, a fome, o desemprego, a precariedade crescendo a passos largos no nosso Município e no Brasil. Não é esse modelo de cidade que nós defendemos, nós dependemos aquilo que é direito e aquilo que é habilidade do Estado. O estado mínimo para população e o estado máximo para os grandes banqueiros, o estado máximo para as grandes empreiteiras, o estado máximo para os grandes negócios da saúde, o estado máximo para a construção civil é isso que a gente vê sendo negociado ponte cotidianamente dentro deste parlamento, o que é uma vergonha. Infelizmente o nosso povo trabalhador cada vez

tenho que trabalhar para receber menos está cada vez mais além desse espaço. Não é à toa terem colocado toda essa mureta de vidro aqui para inviabilizar, cada vez mais, a presença do povo aqui dentro que muitas vezes usa da luta e da ação direta como a única forma de ouvido, como a única forma de ter a dignidade e o respeito que merece. Infelizmente a gente sabe que a Câmara de Vereadores virou balcão de negócios do Município de Porto Alegre para legitimar os negócios dos grandes construtores, das grandes empreiteiras, das grandes empresas de saúde, dos grandes mercadores da educação. Boa parte das votações daqui, pessoal, está definida antes mesmo de começar o discurso política; pouca margem para a negociação, pouca margem para mediar esse projeto nefasto que está sendo apresentado aqui. Isso é importante a gente entender, a democracia brasileira funciona exatamente assim: quem tem recurso, quem tem dinheiro, quem tem verba, quem tem patrimônio, quem tem capital se utiliza dos espaços do Legislativo para organizar os seus negócios. Eles estão pensando, como hoje vai ser discutido aqui o 4º distrito, a cidade para os próximos 10 anos. Enquanto isso, o nosso povo batalhador está pensando o que vai comer no dia de amanhã. Isso é sistêmico, isso é uma política ideológica de contenção da força Popular. Cada vez mais, a gente tem que mobilizar o nosso povo, tomar as ruas, que é o espaço mais democrático que a gente tem para ser ouvido, impor derrota para esses governos que, há mais de 10 anos, vêm se mostrando... A cidade está jogada, a cidade está largada; é péssimo viver em Porto Alegre; é péssimo viver na Mapa, na Restinga, na parada 13 da Lomba do Pinheiro, no Bom Jesus, no Rubem Berta. E tem consequência, e os vereadores que estão aqui, alguns há cinco, seis mandatos; sabem. Então, tem consequências, e a cidade sabe do jeito que está. Não é acaso, é uma política de desmonte, e nosso papel é lutar, lutar para constranger, porque, acredito, ninguém aqui está disposto a ser convencido. Era esse meu recado; boa luta para nós.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A Ver.<sup>a</sup> Laura Sito está com a palavra para discutir o PLCE nº 026/21.

**VEREADORA LAURA SITO (PT):** Boa tarde Presidente, colega vereadoras e vereadores; boa tarde aos que nos acompanham e, em especial, aos membros da mobilização dos trabalhadores e usuários da saúde que aqui estão. Nós estamos indo para um segundo dia de discussão. Quem esteve aqui, na segunda-feira, acompanhou o silêncio do governo sobre um tema que é tão estratégico. Esse silêncio se relaciona, exatamente, com uma conivência, não só uma conivência do ponto de vista de uma concordância, mas uma conivência ativa daquele e daquelas que defendem o enfraquecimento do Sistema Único de Saúde; daqueles e daquelas que compreendem a destruição do controle social como uma porta aberta para avançar nas terceirizações e sem a capacidade do controle social poder acompanhar o papel, a mão privada sobre a saúde. Controle social esse que vê Porto Alegre, ao longo dos últimos anos, ter a sua Atenção Básica sendo duramente atacada pelos nossos governos, que vê, ao longo deste

último período, um enfraquecimento muito profundo do ponto de vista não só do debate de financeirização, mas também do ponto de vista da reorganização administrativa da saúde no Município de Porto Alegre. Nós estamos aqui falando sobre um processo histórico daqueles e daquelas que veem, no nosso país, a destruição da democracia e, dentro disso, a destruição do Sistema Único de Saúde, que foi duramente conquistado, no processo de redemocratização do nosso País, como elemento fundamental de construção da nossa estrutura social, como espaço estratégico de atingir aqueles e aquelas que são trabalhadoras e trabalhadores.

Aqui, o Ver. Jonas, que me antecedeu, falou muito bem sobre aqueles que fazem discursos sobre a não necessidade de utilização do Sistema Único de Saúde, porque defendem a farra dos planos de saúde. Mas o Sistema Único de Saúde está muito além do atendimento no Posto de Saúde, ele tá na água que chega na nossa torneira, na comida que a gente come. E infelizmente o que hoje o governo Sebastião Melo quer concretizar, ao enfraquecer, ao destruir o controle social, é poder abrir as portas para que a iniciativa privada possa fazer a farra na saúde, destruindo aquilo que nós duramente construímos durante 30 anos neste País. Para mim é muito triste que nós, da oposição, estejamos aqui fazendo esse debate, há meses, sozinhos. Foi a destruição do controle social sobre a Assistência Social no Município de Porto Alegre. Passaram o enfraquecimento do controle social sobre a educação, fazendo ofensas aos trabalhadores e trabalhadoras de educação que sustentam uma rede de ensino, que é uma referência para todo o Brasil. E agora querem destruir o controle social da área da saúde, num amplo avanço das terceirizações na nossa cidade, sem fazer nenhuma assinatura aqui; sem subir aqui para dizer exatamente o porquê defende; sem ser sincero; sem mostrar para a sociedade porto-alegrense qual é o seu projeto para a saúde pública da nossa cidade. Infelizmente é nisso que esta Câmara tem se transformado. Esta câmara não é o espaço da construção do diálogo, ela não é o espaço da resolução de questões que são estratégicas para a cidade. Hoje a Câmara de Vereadores de Porto Alegre é um grande cartório do prefeito Sebastião Melo. Aqui a ampla maioria dos vereadores vem apenas cancelar aquilo que vem do governo; poucos talvez inclusive se apropriem dos temas que estão em pauta, que estão em questão. Isso é muito triste, que nós estejamos aqui resistindo e falando apenas para quem nos acompanha nas galerias, falando para quem nos acompanha em casa. Nós lutaremos, porque nós não deixaremos de poder fazer o acompanhamento dos temas que são estratégicos na cidade, de poder cumprir o nosso papel fiscalizador, de acompanhar os desmandos na saúde. O Melo não vai destruir a participação da sociedade porto-alegrense no controle da saúde pública. Nós lutaremos; eles passarão! Nós, o povo unido, o povo organizado, nós permaneceremos e lutaremos por uma saúde pública e de qualidade na nossa cidade, no nosso Estado e no nosso País. Portanto, aqui, reforço o nosso voto contra, obviamente, a destruição do controle social na cidade de Porto Alegre. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir o PLCE nº 026/21.

**VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL):** Boa tarde Câmara de Vereadores de Porto Alegre, público que nos assiste, especialmente as trabalhadoras e os trabalhadores da saúde pública da nossa cidade, a comunidade que veio aqui defender o SUS. Quero cumprimentar também os companheiros do Movimento Nacional de Luta por Moradia, do Movimento de Periferia de Porto Alegre que vem acompanhar a sessão de hoje. De fato, nós não temos medo da participação popular e da presença do povo nesse espaço, mas infelizmente, desde o ano passado a gestão do prefeito Sebastião Melo enviou vários projetos aqui para a Câmara para restringir a participação popular nos conselhos, isso que foi uma construção da democracia do nosso País. Isso é extremamente preocupante também pelo momento que nós vivemos. É nítido que há um ataque coordenado à democracia no nosso País, em diferentes níveis, é claro, mas aqui em Porto Alegre é essa a expressão principal. Atacar o controle social do SUS é tentar acabar com a essência do Sistema Único de Saúde. Talvez alguns vereadores desta Casa não saibam, Ver. Pedro Ruas, mas nós, além de saber, valorizamos e reconhecemos o movimento sanitarista, a mobilização de milhões de trabalhadores e trabalhadoras desse País como um dos momentos históricos mais importantes que nós tivemos nas últimas décadas, porque o SUS só existe graças a essa mobilização que começou no final da década de 70 e que conseguiu cravar na Constituição Brasileira algo que poucos países no mundo tem, na verdade só o Brasil tem dessa forma, um Sistema Único de Saúde que pensa o acesso à saúde como um direito cidadão, um direito universal, e isso é um privilégio de nós, brasileiros, ao longo dos últimos anos tentamos lutar para qualificar esse serviço. É óbvio que ele nunca foi perfeito, até porque de lá para cá a maioria dos governos atuaram para desconstruir essa conquista, a verdade é essa. Desvalorizando servidores, cortando investimentos, sabemos que, há seis anos, o ápice dessa política foi a Emenda Constitucional nº 95, que congelou o investimento público por 20 anos. E a responsável, por hoje, o Sistema Único de Saúde e vários direitos sociais estarem na UTI. A verdade é essa, o SUS está na UTI, seja pela Emenda Constitucional nº 95, mas por políticas desenvolvidas a nível estadual e municipal especialmente, que estão estrangulando a possibilidade de a saúde ser concebida como direito. E o medo da participação social é porque, quando entra o interesse privado, entram outros interesses, como dizia Brizola, outros.

E foi esse Conselho de Saúde que ajudou a desvendar casos de corrupção na cidade de Porto Alegre. É disso que a prefeitura tem medo, é desse tipo de fiscalização que a Prefeitura não quer mais ver acontecendo na cidade de Porto Alegre. Essa é uma pergunta que nós fazemos, por que para nós é essencial quando há a participação da comunidade e dos trabalhadores na fiscalização de contratos. E me estranha muito que uma das mudanças propostas no projeto está exatamente no ponto da fiscalização dos contratos, exatamente nesse ponto. Por que será? Nós não queremos mais transparência? Dinheiro público é de todo mundo que está aqui neste plenário hoje, nesta galeria. Outra coisa que é muito importante, o vínculo que o controle social faz

estabelecer entre o SUS, as comunidades, profissionais de saúde no Estado. Nesses dias, eu fui no posto da Bom Jesus, entregue para iniciativa privada e me chocou muito, ver uma trabalhadora que há 30 anos estava no posto, e que foi informada, do dia para a noite, por uma pessoa que ela nunca tinha visto na vida, que no outro dia ela tem que trocar de unidade. Isso é um desrespeito com uma trabalhadora que há três décadas estava dedicando sua vida à saúde de Porto Alegre. E aconteceu com várias outras, várias. E sabe o que que é o representante da Prefeitura falou nessa reunião? “Me desculpa, agora não tenho como fazer nada.” Isso é uma “cara de pau”, é um desrespeito com a comunidade e com os trabalhadores. E o controle social está aí exatamente para evitar que esse tipo de situação aconteça, por isso que nós estamos aqui para denunciar essa manobra, dizer que é preciso ter atenção, a democracia brasileira sofre um perigo gravíssimo e ela também pode ser destruída por dentro, por medidas que são aprovadas inclusive no ambiente legislativo. Isso é o que tem acontecido no Brasil nos últimos anos, por isso nós não aceitamos essa concepção que governa Porto Alegre, explicitada numa declaração do prefeito Sebastião Melo, no mês de abril, em que ele disse que, se tem prefeitura, não tem que ter conselho. Isso está errado, nós queremos participação popular, o povo decidindo e comandando os rumos da política de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos está com a palavra para discutir o PLCE nº 026/21.

**VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB):** Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas; boa tarde trabalhadores e trabalhadoras da saúde que hoje se fazem aqui presentes ocupando esse espaço; boa tarde a toda a população que hoje ocupa a Casa do Povo na luta pela moradia, pelos direitos que precisam ser, sim, garantidos, porque são direitos fundamentais já há muito tempo vigentes, porém não implementados da maneira como deveriam. É importante que hoje esses parceiros da Luta pela Moradia estejam aqui ao lado desses lutadores da saúde, porque nós, Ver. Pedro Ruas, acreditamos na saúde num contexto mais amplo: acreditamos que a saúde é o acesso à educação, o acesso à assistência, o acesso à habitação, aos bens de consumo, o acesso garantido. Nós compreendemos muito bem o que está acontecendo aqui, o porquê se delimitam as mobilizações e as manifestações e o porquê o ataque ao controle social. É triste, mas é necessário falar que na última segunda-feira nós tivemos aqui o episódio triste da retirada do Conselho de Educação. Esse ataque, que vem da assistência social, agora chegou na saúde, está na educação, latente da última segunda-feira, Ver. Pedro Ruas, demonstra por que esse tipo de manobra, esse tipo de manipulação orquestrada pelo governo se faz ativa neste período: justamente porque tirar a força do controle social é tirar o poder fiscalizador e deliberativo, é tirar a possibilidade do questionamento acerca de todas essas organizações que vêm ao longo desses anos somando, terceirizando e precarizando a saúde, fazendo com que toda a estrutura que nós temos do acesso à Atenção Básica, e aí a gente pode trazer aqui também o que foi o

último período com os trabalhadores da atenção básica, com os agentes comunitários de saúde, com os agentes de endemias. A gente precisa trazer isso como parte dessa organização que hoje ataca o Conselho; fragilizar o Conselho, retirar o poder fiscalizador, um poder de deliberação desse espaço é, em definitivo, atacar o SUS. Um sistema de saúde que tem aí, Pedro Ruas, 34 anos, e que é quem dá conta nessa cidade de parte significativa de toda a estrutura daqueles, principalmente daqueles que não têm condições de pagar planos de saúde, e ainda assim é o SUS que está lá. A gente precisa entender que o SUS está em todos os locais. Esse ataque, que é um ataque covarde, esse projeto que é um projeto totalmente refutável, e que nós já nos posicionamos contra, desde o início, ele é um ataque à população de Porto Alegre, é um ataque a toda construção de um sistema que foi pensado para atender a população, principalmente os mais vulneráveis. Nós não vamos nos calar diante dessa manobra absurda, diante dessa organização que nem um minuto se propôs a fazer conosco uma conversa acerca de, principalmente priorizar aquilo que era mais importante e garantir esse poder fiscalizador. Quem tem medo de ser fiscalizado, obviamente está escondendo algo, e é justamente nesse ponto que nós estamos atentos, porque se não houvesse nenhum tipo de problema com contratos com as organizações, não teriam medo, não estariam se escondendo. Nós votamos contra porque nós estamos ao lado do povo, ao lado daqueles que precisam da Atenção Básica, ao lado daqueles que têm o direito garantido pelo Sistema Único de Saúde e que têm sim no Conselho, hoje, um aliado na fiscalização e na deliberação de toda a estrutura da saúde nesse município que está precarizada para terceirização. Nós entendemos esse projeto, nós entendemos esse processo, nós sabemos o porquê disso e não vamos nos somar a esses que só se utilizam deste tipo de deliberação orquestrada e pensada para empresários. A terceirização dos postos de saúde é a prova disso! A terceirização das Unidades Básicas no meio das Comunidades é a prova disso! Nós não tivemos nenhuma, nenhuma melhora! A gente não teve nada de qualificação acerca daquilo que nos venderam; estamos aqui atentos. Saibam que é necessário compreender quem está ao lado de vocês, os trabalhadores da saúde, o povo que está nos assistindo. Compreendam o porquê e como isso se organiza. Se esta Casa, hoje, se mantém ativa, é porque nós nos colocamos à disposição, porque esta base está alinhada com a destruição dos conselhos e de tudo aquilo que é público.

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Vamos suspender a sessão por alguns minutos, porque estamos recebendo emendas de alguns parlamentares.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h08min)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 15h17min:** Estão reabertos os trabalhos.



**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Leonel Radde, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 01 à Emenda nº 04 ao PLCE nº 026/21.

Apregoo as Emendas nºs 02 e 03, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, ao PLCE nº 026/21.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 02 e 03 ao PLCE nº 026/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, deferido pela presidência, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 02 e 03 ao PLCE nº 026/21.

Apregoo as Emendas nºs 04 e 05, de autoria do Ver. Leonel Radde, ao PLCE nº 026/21.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Leonel Radde, solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 04 e 05 ao PLCE nº 026/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Leonel Radde, deferido pela presidência, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 04 e 05 ao PLCE nº 026/21.

Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Pedro Ruas, à Emenda nº 04 ao PLCE nº 026/21.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação o requerimento, de autoria do Ver. Pedro Ruas, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 04 ao PLCE nº 026/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Registramos que o Ver. Leonel Radde efetuou requerimento, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 01 à Emenda nº 04 ao PLCE nº 026/21.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação o Substitutivo nº 01 ao PLCE nº 026/21. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):**

Registramos que o encaminhamento, neste momento, é do substitutivo e das emendas não destacadas. Depois as emendas destacadas poderão ser encaminhadas individualmente.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo o Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão; de modo especial, trabalhadores da Saúde, do Conselho Municipal de Saúde, cidadãos e cidadãs que acompanham a nossa sessão nesta tarde; na segunda-feira, nós começamos a discussão do projeto de lei apresentado pelo governo municipal. A Câmara, naquela ocasião, apresentou um substitutivo que reproduz a discussão de um projeto original lá do governo Fortunati e do governo Melo, porque o Melo era vice-prefeito naquela ocasião. O que causa surpresa para todos nós é que agora, no governo Melo, vem um outro projeto de lei fazendo inúmeras modificações. Essas modificações, vejam só, vou citar algumas delas: o Conselho atual possui 50 representantes, o projeto do governo reduz para 42 representantes; hoje o Conselho, ele é deliberativo, o governo quer incluir “consultivo”, portanto, perde a autonomia de poder, a qualquer momento, o Conselho Municipal de Saúde fazer uma representação a um órgão público, como aconteceu no passado, quando uma representação do Conselho Municipal de Saúde fez com que a dita Sollus, falcaturia na Atenção Básica, tivesse que devolver R\$ 12 milhões para o erário público. É isso que eles querem impedir, a autonomia do Conselho Municipal de Saúde. E vejam por quê: porque votando, aprovando o projeto original do governo, que não é o primeiro que nós vamos votar, é o segundo projeto, porque até então nós estamos discutindo o substitutivo, feito pela nossa bancada e na época sugerido pelo nobre e querido colega Terres, que assumia aqui, num momento de substituição dos vereadores pelos suplentes. Pois então, esses 50% que hoje seriam representados pelos trabalhadores, o governo, no seu projeto original, tira dos 25% e deixa apenas 16%, porque a diferença ele vai transportar para ser representante no conselho os prestadores de serviço. Então o governo municipal, além de ter 50% de representação dentro do conselho, ele aumenta o número de representantes dos prestadores, que sempre votaram um com o governo, ou os senhores acham que aqueles cidadãos e cidadãs, que hoje criticam a terceirização da atenção básica, que entregam e privatizam o serviço de saúde de Porto Alegre, e por isso nós dizemos que a saúde não é mercadoria, eles vão votar com o controle social? São eles que estão gerenciando hoje e que têm uma série de questionamentos, como nós fizemos aqui na segunda-feira, com relação a outra empresa falcaturia que entrou e ganhou a licitação do pronto atendimento da Bom Jesus e da Lomba do Pinheiro, uma empresa paulista, que tem inúmeros antecedentes, que não poderia sequer participar da licitação. Não cumpriu o contrato, não está cumprindo e as pessoas estão morrendo na fila, demorando de oito a doze horas para serem atendidas. É isso que eles querem. O governo, aqui, não quer a discussão democrática dentro dos conselhos, quer mudar todos eles. Se existe uma esperança, é logo ali, com eleição a Presidente da República, porque nós vamos rever toda a representação do conselho a nível nacional. Não é justo o que estão fazendo com a população, que sequer tem

possibilidade de reverter essa lógica de privatização, de terceirização, de entregar a função pública para a iniciativa privada; é hoje que começa o alerta para nosso povo, para que percebem que esses governos capitalistas, privatistas, entregam a função pública, acabam dizendo que é por isso que eles querem privatizar, porque o atendimento está demorado, mas são eles mesmos que provocam a insignificância e a desvalorização do servidor público, para fazer essa privatização. Então, é nesse sentido que, agora, estamos discutindo ainda substitutivo; depois de votarmos o substitutivo, Ver. Leonel Radde, nós fizemos inúmeras emendas, transportando a essência do que diz o substitutivo para o projeto original do governo, e vamos continuar debatendo aqui, hoje, a tarde toda, para mostrar ao governo que nós precisamos, sim, é ter um conselho autônomo, que possa fazer a fiscalização e, se for preciso, judicializar, como foi agora, judicializando as falcatruas do pronto atendimento da Bom Jesus e da Lomba do Pinheiro. Esta que é a verdade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do Substitutivo nº 01 ao PLCE nº 026/01.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Presidente Idenir Cecchim, vereadoras, vereadores, público da TVCâmara, saudando aqui trabalhadoras e trabalhadores da Saúde, do Conselho, lutadores da mordida popular, pessoal do 4º Distrito que está aqui também se manifestando, é uma alegria e uma honra ter vocês todas e todos aqui nessa Casa. Houve um tempo, prezada Tiana, que preside o Conselho Municipal de Saúde, mais ou menos entre 2008/2010 – quero aqui fazer uma homenagem à Silvia Giuliani, que presidiam na época o Conselho Municipal de Saúde, em que essa cidade foi assaltada, literalmente assaltada, por duas empresas, principalmente a empresa Sollus e a empresa Reação. Porto Alegre, Joãozinho Ezequiel, foi assaltada aqui, roubaram horrores com a história do médico da família, com a história da segurança, assaltaram Porto Alegre. Quem denunciou o assalto foi o Conselho Municipal de Saúde. Quem tirou posição contra aquelas empresas foi o Conselho Municipal de Saúde. E nós tentamos aqui fazer, a Silvia Giuliani vai lembrar bem, uma CPI e não conseguimos por conta do governo. Mas saibam vocês que o saudoso vereador Eliseu Santos, que foi deputado, foi secretário de Saúde, foi vice-prefeito, foi assassinado naquele período, em 2011, e os indiciados que vão a júri popular são os donos da empresa Reação. Este é o nível das empresas que os governos contratam para cuidar da saúde e de outras áreas essenciais da nossa população: bandidos, mafiosos. Por isso, interessa muito ao governo tirar o caráter deliberativo do conselho, porque o que é o conselho sem a sua capacidade de deliberar? É um grupo de pessoas com quem o governo pode ou não conversar, se quiser. Então o que vai acontecer aqui, e eu estou encaminhando aqui favoravelmente ao projeto substitutivo, o companheiro Terres assumiu e apresentou aqui, em nome da oposição, um grande substitutivo, que, na verdade – o Roberto Robaina e o Oliboni disseram com muita

propriedade –, reproduz os aspectos positivos do projeto do próprio governo de 2016. Não tem nenhuma invenção ali. O próprio governo Fortunati, cujo vice era o Melo, e o próprio Sebastião Melo assumiu que boa parte da elaboração foi dele, coloca para nós a apreciação hoje e a possibilidade de votar aquele projeto de 2016, e nós queremos votá-lo. O encaminhamento aqui é favorável à aprovação do substitutivo, porque sabemos que o projeto que aí está é um verdadeiro escândalo – é um escândalo! Esse projeto que o Executivo encaminha agora, nós votaremos contra, com toda a convicção. E digo mais: esse debate não é um debate que se esgota no Legislativo, não! Esse debate vai além. Esse debate tem que ir para o Judiciário também, porque não é possível que o governo municipal, eventual e passageiro, vá terminar com a estrutura permanente e tão importante quanto o Conselho Municipal da Saúde, com caráter deliberativo. Nós não vamos aceitar isso. Nós vamos lutar aqui, denunciar aqui, votar contra, apresentar emenda, tentar modificar o projeto, mas também vamos além. Nós não vamos parar aqui, neste momento, nós vamos bastante além, prezada querida Silvia Giuliani, como no teu período lá na presidência, como agora com a Tiana, com o tanto que existiu nesse período e existirão ainda. Nós queremos que esse Conselho tenha a capacidade da deliberação, tenha a capacidade de defender a saúde dos porto-alegrenses, tenha a vinculação histórica com o SUS e a sua defesa, como sempre teve, tenha, na sua existência, uma importância grande para a população. Não uma importância de bela conversa consultiva e, sim, de deliberação, de denúncia, de trabalhar junto com a Câmara, de trabalhar junto com o Executivo, de trabalhar a favor do nosso povo. Por isso fica aqui esse encaminhamento, em nome do PSOL, Joãozinho, querido João Ezequiel, para votarmos a favor do substitutivo; depois encaminharemos as emendas, depois, o projeto, e, infelizmente, talvez, depois, no Judiciário. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação do Substitutivo nº 01 ao PLCE nº 026/21.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Boa tarde, Presidente, boa tarde, colegas vereadores e vereadoras, boa tarde, população de Porto Alegre que luta hoje as galerias, lutando por democracia, boa tarde também a toda população que nos assiste pela TVCâmara. Nós já nos pronunciamos, na segunda-feira, quando essa sessão foi encerrada, e hoje estamos seguindo na mesma votação, no mesmo debate da última segunda-feira, e não por acaso, no mesmo dia, nós temos um debate sobre o 4º Distrito e temos aqui moradores da região que serão atingidos pela especulação imobiliária. A política que quer retirar a participação popular e o controle social da Saúde já fez isso com a educação, já fez isso com a cultura, e é engraçado porque todo mundo sabe que o que define uma democracia; o que define, de fato, uma sociedade realmente ética, uma sociedade em que a política representa os seus cidadãos e cidadãs é a participação popular, é o controle do povo sobre as decisões do governo. E alguém que se coloca à prova, durante um período eleitoral, colocando o seu nome à disposição da população

de Porto Alegre, colocando o seu nome à disposição e avaliação dos cidadãos e cidadãs de uma região é interessante que, depois que assume o governo, diz para aquela população que é a opinião dela não é mais relevante, não interessa mais e deve ser silenciada. Então porque cargas d'água essas pessoas colocam seus nomes à disposição para a população votar, se o povo não é relevante, se a opinião, o controle social dos conselhos não é relevante, então também não é relevante o voto na urna, não é relevante fazer assembleia popular, não é relevante fazer audiência pública, não é relevante participar dos debates nos nossos espaços aqui da Câmara Municipal de Porto Alegre. Simplesmente eu tenho que trazer uma notícia triste para vocês, meus amigos e amigas, que estão aqui e, com certeza, tiveram que fazer uma articulação gigantesca para estar aqui defendendo a democracia, defendendo a saúde. Infelizmente a administração que hoje está na nossa Prefeitura – do prefeito Sebastião Melo – realmente tem espaços de diálogo. Se nós tentarmos uma audiência com o secretário provavelmente ele vai comparecer, mas é tudo uma grande encenação, é tudo uma grande perda de tempo, é tudo uma forma de eles não serem acusados de serem autoritários, é uma forma de eles se protegerem em frente à opinião pública que receberam os representantes da categoria, que fizeram audiências públicas, que escutaram a população de Porto Alegre para, no fim, extinguir a participação popular e colocar em prática o seu projeto privatista e de entrega do patrimônio público para a iniciativa privada, o que faz com que o serviço seja precarizado e que a população sofra com o mau atendimento. Todos nós sabemos o que está acontecendo nas UPAs, nas UBSs: pessoas morrendo nas filas, pessoas caindo de macas e trabalhadores da saúde sem condições de pagar um ônibus, porque as terceirizadas não repassam os valores de seus salários, de seus vales-alimentação e não repassam valores para a sua aposentadoria. Então, nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, estaremos de pé, sempre, solidários e lutando por essa causa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação, nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas e pelo Ver. Claudio Janta, o Substitutivo nº 1 ao PLCE nº 026/21.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Após a apuração nominal.) Sr. Presidente, são 11 votos **SIM** e 21 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): REJEITADO** o Substitutivo nº 01 ao PLCE nº 026/21.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 026/21. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Sr. Presidente, colegas vereadores e vereadoras, cidadãos e cidadãs que acompanham a nossa sessão nesta

tarde, nós tivemos uma votação há poucos minutos, e essa votação se tratava do substantivo, que para nós era o projeto ideal, discutido com o Conselho Municipal de Saúde, discutido lá atrás, no governo Fortunati e Melo, e agora, infelizmente, vamos discutir o projeto original do governo mandado para Câmara este ano. Para poder fazer os reparos, eu diria, na visão do Conselho Municipal de Saúde, na visão do controle social, nós apresentamos cinco emendas, e a primeira emenda que nós estamos discutindo é a emenda que não deixa o governo transformar o conselho em consultivo. O conselho tem que continuar deliberativo, porque isso é constitucional. Não há nenhuma prerrogativa em nenhum conselho em todo país porque a lei municipal não pode se opor à lei federal. É por isso que nós reverteremos na Justiça, ou para um projeto original do próximo governo. Os governos capitalistas que entregam a função pública para a iniciativa privada, que não querem a participação e a discussão democrática dos trabalhadores no controle social estão fazendo isso em todas as áreas porque eles não gostam de pobre, eles não gostam que o serviço público dê certo, como está dando hoje em Porto Alegre o DMAE e eles querem privatizar, como estava dando a Atenção Básica correta e eles terceirizaram, como estava dando a função das UPAs e dos pronto atendimentos e eles entregaram para a iniciativa privada. Nós precisamos, cedo ou tarde, fortalecer o controle social através de um órgão autônomo como é o controle municipal de saúde, porque ali, quando se discute e se diz para o governo que não foi deliberado, o governo não pode executar aquela política, porque, senão, caberá ao conselho encaminhar aos órgãos de controle, e estes reverterem posição antagônica, radicalizada pelo gestor público na ocasião. E é por isso que hoje nós nos indignamos, nós nos rebelamos. E dizer que esses governos não representam a vontade popular, não vão lá no pronto atendimento, não na Atenção Básica, não vão conversar com o cidadão. Vejam o que fizeram no programa de saúde da família, retirando o número de servidores e entregando para a iniciativa privada hoje, em vez de aumentar as equipes, reduz; em vez de aumentar os números das equipes, eles reduzem os agentes comunitários de saúde para um em cada equipe; de dois técnicos de enfermagem, para um. E ainda, na grande maioria, faltam médicos nos postos de saúde. Lamentavelmente esse governo não tem a sensibilidade de perceber que o dinheiro que nós pagamos os impostos, nobre presidente, tem que voltar em serviços para a população. Coisa que o atual governo pensa que esse dinheiro tem que botar na Orla do Guaíba, tem que botar em projetos antagônicos, aonde os capitalistas e os mais ricos é que utilizam esses equipamentos. Nós queremos é dignidade, atendimento não só nas UPAs, no pronto atendimento, na Atenção Básica, mas que o governo invista em saúde. Em Porto Alegre o governo Municipal investe, Presidente, apenas 12% da peça orçamentária e é de lei investir, no mínimo, 15%. É como o estado, não investe 8% e tem que investir 12%. É por isso que nós vamos continuar nos indignando nos rebelando e dizendo que aqui, neste espaço, nós vamos protestar, nos indignar e reivindicar, aos órgãos de controle, para rever e reproduzir uma mudança significativa nas atitudes antagonista e radicais. Juntos na luta, não perderemos e vamos reclamar, reivindicar e encaminhar aos órgãos competentes. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Leonel Radde, está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 026/21.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Vocês nos verão várias vezes aqui na tribuna no dia de hoje, várias vezes os mesmos vereadores e as mesmas vereadoras estarão aqui falando, falando, falando, debatendo, fazendo tensionamento, porque, infelizmente, dentro da democracia é isso que nos resta quando nós temos aqui uma maioria de representantes do governo que votam com o governo. Vocês podem até achar chato demais nós estarmos a toda hora, as mesmas pessoas, vindo aqui falar sobre o que está acontecendo no nosso Município, mas é o que nos resta e nós vamos fazer, porque, pelo menos, se o governo decidiu que vai patrolar, que o governo e a base governista tenham um pouquinho de sofrimento, fiquem um tempo maior aqui, no calor também, sintam a pressão popular. É do jogo democrático, mas é triste; é triste porque nós sabemos que infelizmente boa parte da nossa população realmente não sabe votar: o trabalhador vota no patrão, o explorado vota no explorador, a população que precisa do atendimento básico de saúde, público e de qualidade, vota nos privatista e vota naqueles políticos que têm compromisso com o grande empresariado que banca as suas campanhas monumentais, as quais nós vemos de dois em dois anos – no município, no governo do Estado e no governo federal. De dois em dois anos nós vamos acompanhando esse ciclo, mas o que não muda é o processo de destruição do que é público. Se nós entrarmos hoje em qualquer escola pública, com certeza, nós sairemos arrasados com o que a gente vai ver lá, sejam municipais, sejam estaduais, ou, algo que a gente nem imaginava, as federais, os IFs, como o Aplicação, que sempre foram modelo. Até isso conseguiram destruir!

A mesma coisa acontece agora na saúde. É óbvio que os problemas da saúde não são de hoje, não são responsabilidade de um governo, mas a velocidade com que vem sendo feita a destruição, a desestruturação da nossa saúde, das Unidades Básicas de Saúde - e aí eu coloco aqui o CRAS, CAPS, enfim, toda a nossa rede de assistência social também, é extremamente preocupante.

Por enquanto, a população não acordou, porque se tivesse acordado, essa sessão de hoje não estaria acontecendo, não teria nem começado essa sessão, porque a população estaria aqui na frente dizendo: nós não aceitamos a privatização da nossa saúde; nós não aceitamos a falta de controle social sobre as decisões governamentais; nós queremos transparência de onde está sendo colocado o nosso dinheiro pago com os nossos impostos, que não servem para pagar terceirizadas, que não servem para pagar um péssimo atendimento, mais caro, inclusive, do que o atendimento prestado pelo poder público; nós temos que radicalizar a democracia, radicalizar os nossos espaços decisórios, e a saúde é um bem básico.

E digo mais: talvez daqui a um mês ou dois meses, no máximo, virá para essa Casa a privatização do DMAE, que tem um impacto também direto na saúde, e vai ser o mesmo tipo de debate, o mesmo tipo de situação, mas nós esperamos que até ali a

população acorde, porque, caso contrário, em breve não teremos mais nada para defender aqui na nossa capital. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada ao PLCE nº 026/21.

**VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL):** Bom, essa emenda do Ver. Aldacir Oliboni, além de ser extremamente coerente com a defesa da participação social no Sistema Único de Saúde, nesse contexto, ela também expõe alguns dos objetivos nefastos desse projeto. Se a gente olhar bem para os pontos que estão destacados, nós vamos ver questões estratégicas para o bom andamento da Saúde, compreendida como um direito Universal da população da nossa cidade, por exemplo, o primeiro ponto trata sobre a importância da Vigilância Sanitária no Sistema Único de Saúde, que de fato tem que ter autonomia para poder trabalhar, para poder desenvolver os seus objetivos. Agora, recentemente, no período da pandemia, a gente viu importância da Vigilância Sanitária, especialmente, aqui, em que o governo, por diversas vezes, teve políticas negacionistas para tratar do Covid-19. Incentivou o uso de medicamento que não tinha eficácia para tratar a doença, tomou medidas extremamente equivocadas, e ali estava o papel da Vigilância Sanitária para esclarecer a população de Porto Alegre e informar corretamente. Nós estamos diante de outras situações que se desenvolvem e precisamos da Vigilância Sanitária valorizada dentro do Sistema Único de Saúde, especialmente nos espaços deliberativos que nós queremos preservar do Conselho Municipal de Saúde.

Outro ponto, que já foi falado por mim, pelo Ver. Pedro Ruas e por outros vereadores também, é a questão dos contratos. Infelizmente, nenhum vereador da base governista veio até a tribuna para dizer o que realmente quer limitando as possibilidades de atuação de fiscalização dos servidores e da comunidade com os contratos. Eu gostaria de entender. Se esse espaço está aqui para o debate, para quem está na galeria, para quem assiste na televisão, nas redes sociais, por que os vereadores se negam a debater. Ninguém tem coragem de vir aqui e dizer por que criar mais um empecilho para a gente investigar os contratos estabelecidos. Nós estamos falando de dinheiro público. Quem aqui que está na galeria hoje paga imposto? Todo mundo paga imposto. O dinheiro público é da população. Não pode ser que algumas empresas estabeleçam contratos e não queiram ser fiscalizadas. Inclusive já tem muita coisa para gente discutir dos contratos já estabelecidos. Eu quero trazer um exemplo aqui da Santa Casa, que hoje administra várias unidades de saúde de Porto Alegre, vários postos, e, neste ano, desrespeitou decisões da própria Câmara de Vereadores, com relação às emendas impositivas que foram passadas para várias unidades de saúde. A Santa Casa, simplesmente, direcionou para o complexo hospitalar, tirou o investimento dos



territórios e alegou que poderia fazer isso por questões que estavam no seu próprio estatuto. Ora, o dinheiro público, que é votado aqui nesta Câmara, discutido com as servidoras e os servidores da saúde, é para ser direcionado às comunidades, ele está regido pela legislação municipal, mas a Santa Casa interpretou outra coisa. Nós questionamos a Prefeitura, nós fizemos um debate, dialogamos com as comunidades. Isso, na nossa opinião, é um ponto que contraria o que foi estabelecido com o contrato onde a Prefeitura... A lei que rege a saúde pública na nossa cidade e no Brasil é superior aos estatutos de uma empresa privada. Isso é um tema que o conselho de saúde, com poder deliberativo, tem condições de discutir e de encaminhar. O outro ponto é como que essa proposta que a gente está debatendo se vincula diretamente com o interesse desses grupos que hoje já dominam 96% das unidades de saúde de Porto Alegre, que estão terceirizadas, na mão da iniciativa privada, e sem possibilidade da intervenção e da participação social. Não é esse o sistema de saúde que a gente quer. O Melo está colocando o SUS na UTI, dando continuidade ao processo de privatização e de precarização desse serviço, e a comunidade que está aqui hoje, mesmo que a gente perca essas votações, tem a tarefa de levar esse tema para dentro das periferias de Porto Alegre, conversar com a população e nomear cada vereador que vai lá para a sua comunidade dizer que defende a saúde, mas está fazendo uma sacanagem com a população hoje. Essa é a nossa obrigação.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 026/21.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Após a apuração nominal.) Sra. Presidente, 11 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): REJEITADA** a Emenda nº 02 ao PLCE nº 026/21.

Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 026/21. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Laura Sito está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 026/21.

**VEREADORA LAURA SITO (PT):** Veja bem, a nossa estratégia de poder colocar as emendas é para que nós possamos fazer o debate destrinchando os elementos que ali estão postos e que destroem o controle social. Esta emenda é uma emenda muito importante, ela versa sobre dois aspectos. O primeiro é a garantia da autonomia do conselho para poder aprovar diretrizes a serem construídas e elaborar um plano municipal de saúde, não apenas debater, não apenas ouvir, não apenas propor, mas poder aprovar diretrizes, uma autonomia política, elaborativa, ao conselho. A segunda questão muito importante nessa emenda é a que trata sobre a apreciação prévia de 90 dias dos contratos e convênios do setor público com entidades privadas da saúde,

quando o governo queria limitar esse período a apenas 10 dias. Por que esta emenda é tão estratégica? Porque, como eu falei na minha fala inicial, a visão de destruir o controle social está diretamente ligada a uma perspectiva privatista da saúde, com o avanço irrestrito das privatizações, das terceirizações, e com a não garantia de que o controle social, os usuários, os trabalhadores de saúde, possam, de fato, fiscalizar como que essas relações se dão entre o setor público e o setor privado. É exatamente por isso que eu não vejo motivo para que esta Casa não aprove esta emenda. Esta é uma emenda é muito importante, esta é uma emenda que garante que o conselho tenha a garantia de poder fiscalizar e acompanhar de uma maneira detalhada, com tempo adequado, o que se estabelece de relações entre o setor público e o setor privado, É exatamente, na minha compreensão, digo a vocês, para fragilizar, talvez o principal objetivo de destruição do controle social, é exatamente essa a questão contida nessa emenda. Não garantindo que vocês, que atuam no controle social diariamente, tenham condições de fiscalizar as relações entre o setor público e o privado na saúde nesta cidade. Exatamente nessa perspectiva que nós apresentamos essa emenda e queríamos aqui dizer que nós vamos lutar de todas as maneiras para que isso possa ser garantido. Agora apresentamos aqui na Câmara, mas nós vamos lutar para que isso se estabeleça, nós não vamos aceitar a farra do setor privado com aquilo que há de mais importante para as pessoas, que é a garantia da sua vida, que é a garantia de um atendimento qualificado de saúde, que é a garantia de trabalho digno para os trabalhadores e trabalhadoras na Saúde na cidade de Porto Alegre. Por isso nós apresentamos essa emenda e pedimos aqui a aprovação dos colegas vereadores e vereadoras.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 026/21.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa tarde a todos e todas; nós, do PSOL, também encaminhamos favoravelmente a essa emenda, justamente porque garante não só o controle, mas algo que é fundamental na gestão pública que é a fiscalização dos contratos. Infelizmente, ou de uma forma oportuna, oportunista, para ser mais objetiva, as instituições que deveriam fiscalizar a execução das leis e também a execução dos contratos no município de Porto Alegre não funcionam. Está aí o caos no transporte público, um contrato que é estabelecido com o poder público, e os nossos ônibus estão cada vez mais lotados, mais demorados, mais sucateados. Isso, para mim, é um exemplo muito nítido de que, quando as parcerias público-privadas não são fiscalizadas, quem paga por isso é a população. Nós ficamos reféns de monopólios, nós ficamos reféns de máfias que não só não prestam um serviço público de qualidade, como também prestam um serviço extremamente caro para os cofres públicos, porque, quando não pagam o serviço que é executado, e isso, em ações judiciais, acaba onerando ainda mais os cofres públicos. É isso o que a gente vê com a terceirização

irrestrita daquilo que é direito. Saúde não pode ser mercadoria, não pode ser mercadorizada para quem tem dinheiro para pagar, ainda mais a saúde da nossa população pobre e periférica. Eu digo isso, porque, com essa chuva que aconteceu, circulou nas redes sociais o vídeo da Unidade de Pronto Atendimento da Lomba do Pinheiro pingando água dentro de um espaço que deveria ser justamente espaço de acolhimento da saúde do nosso povo. É isto que vem acontecendo a passos largos no Município: o desmonte da Atenção Básica, o desmonte das nossas unidades de pronto atendimento, é dinheiro público indo para mão de empresas que não têm o compromisso, que não têm o prazo, que não têm a responsabilidade social em garantir o direito à saúde a todos e todas. O que os liberais dizem que é uma burocracia, que é analisar os contratos, observar os termos, reivindicar melhorias e tentar fugir da lógica do lucro, o que dá dinheiro a gente se propõe a coordenar, o que não dá dinheiro joga para o Estado, é assim que essas empresas pensam a gestão pública, e o que os burocratas liberais colocam é justamente legitimar que a gente não tem que fiscalizar mesmo, que a gente não tem que analisar os processos mesmo, que o povo não entende nada de contrato e a população cada vez mais refém de uma política que está nesse exato momento prejudicando a vida da nossa classe trabalhadora. Nós queremos reivindicar os 90 dias. Quem se importa com a saúde pública – boa parte dos setores aqui da Câmara tem os seus convênios de saúde, não utilizam o postinho de saúde – está reivindicando o mínimo, o básico, que é ter poder e ter tempo hábil para conseguir fazer uma leitura, uma análise, e, conseqüentemente, posteriormente, uma fiscalização daquilo que foi acordado. O Executivo negar isso da população só mostra o que está por traz desse projeto, que é entregar cada vez mais um bem público, um patrimônio público, as nossas unidades de saúde, as nossas UPAs para essas empresas de saúde que não têm compromisso com a saúde da população. Se não fossem os profissionais reivindicando, lutando, fazendo essa parte no sentido de pressionar por melhorias, se não fosse a população brigando, fazendo protesto, reivindicando, a gente sabe que a nossa saúde já estaria completamente privatizada, porque o que aconteceu da pandemia para cá, não foi brincadeira: o desmonte dos planos de carreira, a demissão em massa das trabalhadoras do IMESF, a falta de transparência nos recursos que foram destinados. O nosso mandato mesmo reivindicou, em plena pandemia, que os recursos que vieram de uma portaria do Ministério da Cidadania para vacinação e testagem de indígenas e quilombolas fossem executados; o recurso foi utilizado para compra de testes que nunca foram executados aqui no Município de Porto Alegre, e foi o Conselho de Saúde, junto com o Ministério Público Federal, que nos auxiliou a ajuizar uma ação contra esse desvio de verbas, de mais de milhões que foram destinados para essa população. A gente não quer ficar refém dessas máfias, a gente não quer ficar refém de um Executivo que não se importa com a transparência e com a participação popular, por isso a gente clama para que se aprove essa emenda.

(Não revisado pela oradora.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Faço os seguintes registros: a intenção do Ver. Airto Ferronato ter votado favoravelmente ao Substitutivo nº 01 ao PLCE 026/21; e a intenção da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal ter votado contrariamente à Emenda nº 02 ao PLCE nº 026/21.

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 026/21.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Após a apuração nominal.) Sra. Presidente, 12 votos **SIM** e 19 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): REJEITADA** a Emenda nº 03 ao PLCE nº 026/21.

Em votação a Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 026/21. (Pausa.) O Ver. Alacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo a nossa Presidenta em exercício, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde e, de modo especial, os trabalhadores da saúde e os moradores do 4º Distrito, que estão aqui, e que logo, logo deverá entrar o projeto do Plano Diretor, sendo mais um grande problema, em que o governo não consultou os moradores da região do 4º Distrito, em inúmeras emendas, infelizmente o governo não dialoga com a sociedade.

Nobre Cassiá Carpes e Ver. Janta, estou estranhando que os senhores não vêm à tribuna. Estou estranhando muito, os senhores estão caladinhos, caladinhos, caladinhos. Qual é o argumento que os senhores, que representam o governo, têm para poder dizer à sociedade que, a partir da sanção desse projeto de lei do governo, colegas vereadores da base do governo, estão tirando a autonomia do Conselho Municipal de Saúde? Os senhores que vão lá num posto de saúde amanhã como candidatos, os senhores que vão lá pedir votos na próxima eleição, o que vão dizer para a sociedade? Que vão continuar esperando 8, 12 horas na fila para serem atendidos? O que é que os senhores vão dizer para aquelas empresas que os senhores entregaram a gestão da Atenção Básica, dos prontos atendimentos, dos hospitais, quando os cidadãos ali no interior ou até mesmo em Porto Alegre vão ter que vender a vaquinha de leite para poder consultar ou para poder fazer um tratamento médico ou uma cirurgia, que é o que acontece em todo o Estado do Rio Grande do Sul, porque a política de regionalização, a política de investimento onera o Estado, investe 12%, muito menos no Município, em 15%. Os senhores assumiram o que, na verdade, sempre prega a política neoliberal: para os ricos, tudo; para os pobres, nada. Ou os senhores acham que a maioria da população de Porto Alegre tem condições de pagar um plano de saúde? Os senhores precisam andar mais pela cidade, conversar mais com as pessoas, ir mais nos postos de saúde, nos prontos atendimentos, perceber o sacrifício daquele cidadão que está ali com uma doença incurável e que demora para ter um tratamento adequado, humanizado, muitas vezes mais de um ano para tratar um câncer, a diabetes. Ou até mesmo agora,

recentemente, em tempos de pandemia, quanto tempo durou para ter a vacina disponível aos cidadãos e cidadãs? Até parece que vocês não estão morando no Brasil. Nós não estamos aqui num país desenvolvido, nós estamos no Brasil, onde um governo fascista e irresponsável não comprou as vacinas em tempo e morreram quase 700 mil pessoas no nosso país. Não foi diferente aqui em Porto Alegre, não foi diferente aqui. Muitos amigos, muitos cidadãos, muitas cidadãs perderam a vida porque muitos negacionistas disseram que a vacina não era importante. Pois então, o órgão fiscalizador que deve continuar autônomo, o Conselho Municipal de Saúde do Município de Porto Alegre, o Conselho Estadual de Saúde e o Conselho Nacional de saúde têm que ter autonomia para discutir uma política e ela parte das conferências municipais, estaduais e federais. Vocês não entendem de política, vocês querem é discutir um núcleo central do governo, que decide a ampla maioria do capital, vocês querem imprimir nem que seja no rolo compressor, na Câmara e em todos os órgãos de controle. Mas aqui é um espaço de direito que a população nos dá para nós nos indignarmos e dizermos que a política que os senhores e as senhoras defendem não é humanista. A política humanista é o Sistema Único de Saúde que dá espaço para todos, para o pobre, para o rico poderem consultar e ter tratamento. Essa é a nossa indignação. Nós reverteremos, sim, em processo judicial. E essa emenda que nós estamos tratando, nós estamos voltando de novo, Terres, no papo da proposta original em que a emenda diz que queremos, sim, 50% dos representantes do segmento dos usuários, 25% do segmento dos trabalhadores da saúde e 25% do segmento do governo municipal, que é o inverso que o governo está apresentando. Nessa proporcionalidade, nós teremos 50 a 50 e, a proposta que o governo faz no projeto original é muito pior do que isso. Ela não reconhece a discussão e, para concluir, Presidente, nós estamos aqui resistindo e dizendo: pedimos que os senhores e as senhoras divulguem amanhã nas amplas redes municipais o que nós votamos hoje aqui para quem, de fato, está na saúde, para quem defende exatamente a saúde. Ou são só eles que falam para poderem para continuar o que há de mais sagrado? Muitos vereadores são os candidatos, e a população não será mais enganada, essa é a verdade que tem que sair para os cidadãos perceberem quem o povo de Porto Alegre elege para serem os representantes da nossa querida Porto Alegre. Muito obrigado, Cassiá, seja bem-vindo. Venha à tribuna, Cassiá, nós estamos aguardando você.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 026/21.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Ver.<sup>a</sup> Mary Pimentel, ilustre colega que preside os trabalhos; vereadoras, vereadores, público da TVCâmara e principalmente público que nos dá a honra da presença hoje aqui, a emenda do Ver. Aldacir Oliboni é uma tentativa a mais que temos – importante tentativa, séria tentativa –, bem elaborada emenda de modificar esse projeto, que é, repito, um desastre. O

projeto é um desastre. O problema desse projeto não é tanto a sua elaboração porque ela não é mal feita, é a sua intenção. É pegar um conselho que delibera para transformá-lo em consultivo; isso é um desastre. Boa parte das pessoas que vão votar sequer tem noção disso. É importante eles perceberem, pois não tem noção disso – vocês vão observar isso. Vocês vão ver que os discursos que se repetem aqui são os mesmos das mesmas pessoas que conhecem o projeto, que estudaram projeto, que sabem do que se trata; os outros nem sabem. Então, vocês não vão ver aqui - pode parecer estranho para quem não está, no dia a dia, na Casa - a defesa do projeto. Não, vocês só verão, na tribuna, os ataques de quem estudou o projeto, de quem sabe o que é transformar um conselho deliberativo num, meramente, consultivo. Ou seja, vão acabar com o conselho, vão destruir o conselho; essa é a intenção. Um artigo, no projeto, que é importante, o resto, João Ezequiel, é firula, não é nada. Terminam com o conselho, porque a ideia do governo Municipal é acabar com todos os conselhos que tenham capacidade de deliberação, é proteger - e aí solicito a atenção do pessoal do 4º Distrito - os grandes empresários e os seus investimentos, e - peço a atenção do pessoal da moradia - é jamais promover a moradia popular. Esta é a sua intenção: jamais promover, jamais incentivar, despejar quando puder. Saibam disso; essas são as intenções. Então, é importante não se enganar; a nossa função aqui é mostrar a verdade. É isso: mostrar o que está acontecendo; dizer a que veio este governo e quais são as suas intenções; dizer o que nós podemos fazer, do ponto de vista de enfrentamento no Legislativo, respeitoso com os colegas – claro – que pensam diferente, e do ponto de vista do Executivo, buscando até o judiciário. Por isso, encaminhamos, Ver. Oliboni, a favor da emenda de V. Exa., porque ela busca diminuir - não eliminar, porque o conjunto das emendas e o substitutivo fariam isso - os terríveis malefícios de um projeto nefasto como esse. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** A Ver. Bruna Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 4, destacada, ao PLCE nº 026/21.

**VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB):** Boa tarde a todos que acompanham pela TV, hoje, a discussão desse projeto. Neste momento, estamos encaminhando a votação da quarta emenda. Eu quero saudar a todos os trabalhadores e trabalhadoras, aos representantes do conselho e dos conselhos distritais de saúde, foi aí que eu iniciei a minha militância, portanto registro o meu total respeito aos militantes da saúde, que defendem a nossa saúde como um patrimônio do nosso Estado. Infelizmente, hoje, nós temos aqui uma discussão que enfraquece o controle social.

Eu estava aqui lembrando dos motivos pelos quais o prefeito Marchezan foi derrotado nas urnas, e me lembro dessas galerias lotadas, me lembro do povo na rua e me lembro também do discurso do prefeito Melo, quando se elegeu. O prefeito que se

dizia o prefeito da participação popular hoje é o prefeito que mais ataca o controle social na cidade. Muito triste.

A gente viu nesta semana, nós vivenciamos a retirada do caráter deliberativo do Conselho da Habitação, nós vivenciamos aqui o ataque ao Conselho Municipal de Educação e, hoje, novamente, parte do pacote de maldades do governo Melo a redução da participação do controle social do Conselho Municipal de Saúde. Eu quero dizer, com todo respeito ao prefeito Melo, que ele ainda vai ter essa fatura dada pelo povo. O povo garantiu a ele essa eleição; e também o povo vai retirar. Porque o povo não tem memória curta, e o prefeito Marchezan vivenciou isso. É muito triste ver o povo sendo enganado, todos os dias. E eu vejo aqui trabalhadores, lutadores da saúde, mas vejo também as pessoas que lutam pela sua moradia aqui. E quero saudar todas as nossas lideranças de ocupação que atuam na cidade porque eu fui uma liderança da luta popular e da moradia. Eu recebi aquela cartinha, por debaixo da porta, dizendo que eu tinha 40 dias para sair, Ver.<sup>a</sup> Mari. E é importante conhecer a luta da habitação da cidade, é importante conhecer a luta pelo controle social, porque precisa respeitar!

Essa galera, como parte dos vereadores diz aqui, não ganha nada para estar aqui ocupando as galerias. Muito pelo contrário, paga a sua passagem do próprio bolso. Não é, Valdir? Como muito nós fizemos rateio para organizar ônibus, para levar para passeata, para mobilizar os trabalhadores, nós rateávamos até o xerox para mobilizar. Porque nós sabemos o quanto impacta nas nossas comunidades a retirada do nosso posto de saúde. Aliás, quando a gente pensa na nossa comunidade, a gente pensa no posto de saúde, a gente pensa na regularização, a gente pensa na escola, a gente está associando a dignidade à nossa vida, e hoje, aqui, esse ataque ao Conselho Municipal de Saúde não é aos trabalhadores, é ao povo de Porto Alegre que vai ter no seu cotidiano a sua participação atacada. A quem interessa um aumento de 33% do governo no conselho? A quem interessa? A quem interessa reduzir a participação dos trabalhadores e das trabalhadoras? Eu quero dizer ao prefeito Melo que eu acho que esse projeto das elites que ele decidiu executar na cidade vai ter resposta, e a resposta vai ser a não reeleição dele. Nós vamos entregar isso e vamos construir dia a dia na cidade. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 026/21. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Após a apuração nominal.) Sra. Presidente, 13 votos **SIM** e 21 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): REJEITADA** a Emenda 04 ao PLCE nº 026/21. Fica prejudicada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 04.

Em votação a Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 026/21. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Laura Sito está com a palavra, para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADORA LAURA SITO (PT):** A minha defesa dessa emenda, ela é uma defesa muito rápida. Essa é uma emenda que trata que trata do seguinte tema: tudo aquilo que for deliberado pelo conselho, o secretário terá poder de veto. É isso? É isso. Então me pergunto o seguinte, para que conselho, essa é a emenda que diz a verdade, não tem porque ter conselho, se o secretário vai dizer se, o que o conselho deliberou serve ou não serve. Não tem controle social, ou seja, eles não fazem nem de conta, nem de conta. Essa é uma emenda que oferece uma oportunidade, apesar de, como vocês estão acompanhando – em casa, pela internet ou aqui nas galerias –, que os vereadores de situação não estão nem se inscrevendo para falar, mas essa é uma oportunidade que o governo tem de poder garantir um mínimo de dignidade à discussão posta e garantir que o Conselho tenha funcionalidade. O Conselho não é um espaço para que os usuários, para que os trabalhadores de saúde possam se encontrar e debater ideias, fazer avaliações sobre o sistema de saúde da nossa cidade; ele tem uma função que é poder fiscalizar, propor, elaborar e é poder construir, a partir da vivência no Sistema Único de Saúde. Agora, se ele vai ser tutelado pelo governo, se ele está amordaçado pelo prefeito Melo, não faz sentido ter conselho, e é isso que este governo quer aprovar aqui, e disso que trata a nossa emenda. Isso é um absurdo! O Conselho tem que ter a garantia da sua condição deliberativa, da sua autonomia, é disso que nós estamos falando, de um controle social efetivo que possa, de fato, aqui estar acompanhando aquilo que continha a nossa Emenda nº 02, que especialmente é isso que o governo quer aqui conter: que o Conselho consiga fiscalizar a farra do setor privado na saúde, é isso que está colocado por trás dessa discussão, é por isso que querem destruir o controle social. É um absurdo que o Conselho Municipal de Saúde seja amordaçado pelo prefeito Sebastião Melo! Nossa emenda garante a autonomia do Conselho para poder elaborar e deliberar.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** A Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 026/21.

**VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB):** É inacreditável que nós estejamos diante desse processo tão duro e violento, de um desmonte que, não satisfeito somente com a destruição que já está em curso, ainda propõe que seja acentuada, considerando que, mesmo naquilo que o Conselho deliberar, existe a possibilidade do veto pelo secretário. É o fim, definitivamente é isso. Todas aquelas palavras de ordem, que aqui no início se ouvia, falando: saúde não é mercadoria... Muitas vezes repetidas por aqueles e aquelas que estão à frente desse processo da defesa do SUS, fazem sentido, nesse momento, e me aprofundo ainda mais e utilizo desse espaço não só agora, como vereadora, mas como a sanitarista que sou, para falar que, talvez estes que nem sequer se dão ao trabalho de vir aqui para fazer a justificativa do porquê estão retirando, do porquê estão atacando, não conseguem ter a dignidade de subir nesta tribuna para fazer essa defesa. Estes não devem conhecer a história da construção do SUS; estes não



sabem que estão atacando um pilar de construção do Sistema Único de Saúde; estes que hoje se organizam, mas sequer colocam aqui o rosto, que não colocam a voz aqui na tribuna, se escondem, porque não conseguem encarar a população, porque não conseguem encarar os trabalhadores e falar desta covardia, deste ataque, dessa destruição, de um desmonte absurdo e covarde ao Conselho, mas principalmente à população de Porto Alegre. Esses sim, vocês não podem esquecer quem são. A gente não pode deixar passar barato. São esses que criam esse tensionamento do caos e depois querem nos vender a solução, uma solução que a partir deste momento não terá mais a participação em definitivo do Conselho, nem deliberando e muito menos tendo a possibilidade de fiscalizar. É uma vergonha, é vexatório! Eu me sinto envergonhada diante de vocês e falo isso por respeito aos trabalhadores, por respeito ao Conselho, por respeito ao povo de Porto Alegre! Isso é um absurdo, é uma vergonha o que é esta Casa está promovendo: retirar a possibilidade, retirar qualquer possibilidade do Conselho, que é o órgão fiscalizador, fazer essas manifestações, fazer o que deve ser feito, um pilar central do SUS. E vocês bem sabem que quando atacam o SUS, estão atacando a democracia. É isso que nós compreendemos, e é por isso que nós nos posicionamos. E eu convoco aos meus colegas que façam o mesmo, venham aqui e expliquem o porquê estão retirando, de forma covarde, essa que é uma potência fiscalizadora e que auxilia na construção das políticas públicas para a saúde aqui no município. Estão só retirando, se não têm, sequer essa de decência para subir aqui, depois não reclamem quando o povo se manifestar e se mobilizar, principalmente, nas urnas. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Gostaria de deixar registrado que nós temos a presença do Ver. Ênio Bastos, do Município de Alegrete-RS, acompanhando a sessão plenária de hoje.

O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda n° 05, destacada, ao PLCE n°026/21.

**VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL):** Eu quero dizer para as vereadoras e vereadores presentes, para o público que nos assiste que vocês estão vendo como a correlação de forças da Câmara de Vereadores está direcionando o rumo das votações. Neste momento, há uma ampla maioria contrária à força que o Conselho de Saúde sempre empregou para valorizar o SUS, contrária à participação social e sem coragem de vir à tribuna expor os motivos reais que levam a Prefeitura do Sebastião Melo e esses vereadores a tomar essas decisões. Mas essa batalha não vai encerrar aqui. Às vezes alguns vereadores criticam a oposição por perder alguns temas no plenário e levar essas questões à justiça. Só que esses vereadores têm que ter consciência de que eles estão tomando decisões que comprometem a legalidade, que comprometem as conquistas históricas que a classe trabalhadora teve, especificamente no desenvolvimento do SUS. Por exemplo, essa emenda que está em debate, ela é uma afronta à Lei n° 8.142, que, no seu art. 1°, quando estabelece as funções do Conselho de

Saúde, diz o seguinte: “ O Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle e execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera de governo.” É isso que diz, totalmente o oposto dessa lei que vocês estão querendo aprovar hoje, porque está amordaçando o Conselho de Saúde, tirando o seu poder deliberativo, colocando essa instância, que deve pensar estratégias, intervir sobre ela, num lugar da qual não tem correspondência com a lei. Então é óbvio que, dada a correlação de forças internas, nós vamos perder a votação, mas a disputa vai ser dada em outras instâncias. É óbvio, porque o que estão fazendo é uma ilegalidade, e, se há ilegalidade, o nosso papel é denunciar, é fiscalizar, é buscar todas as instâncias possíveis para que a justiça seja feita, e, neste caso, a justiça deve prevalecer mantendo o controle social do SUS, a participação das comunidades e das trabalhadoras e trabalhadores que levam esse sistema nas costas. É isso que nós estamos propondo e, por isso, o encaminhamento positivo com relação a esta emenda que visa preservar a essência do SUS. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni, a Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 026/21.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Após a apuração nominal.) Sra. Presidente, 12 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): REJEITADA** a Emenda nº 05 ao PLCE nº 026/21. (Pausa.)

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Em votação a Emenda nº 01 ao PLCE nº 026/21.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Presidente, eu pediria que dê tempo em função do barulho, que possa ler a emenda para as pessoas saberem o que estamos votando, baseado no projeto de lei, porque excluí um artigo. O governo não está defendendo, nós precisamos saber o teor da emenda. Não foi publicizada, nem todo mundo está acompanhando. Acho que é importante aqui nós termos noção do que estamos votando.

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Vereador, nós já temos esta emenda colocada no SEI, estava à disposição. Eu entendo que nós estamos com as

galerias cheias. Nós não vamos ler a Emenda nº 01 e vamos colocar para a votação. Nós estamos com o painel aberto já.

**Vereador Claudio Janta (SD):** Uma questão de ordem, Sra. Presidente. Já está em votação, já temos 20 vereadores que votaram. A oposição mostra a clareza de como trata este projeto, que esta emenda está desde que o projeto foi apresentado aqui e agora tenta protelar, protelar, baseado nessa estratégia ridícula da oposição.

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento):** Sra. Presidente, solicito antecipadamente a prorrogação da sessão por mais duas horas.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Presidenta, o Ver. Janta veio aqui e ressuscitou... Olha só, essa emenda, é óbvio que nós vamos votar “não”, porque ela diz que o governo é que vai colocar os representantes dos servidores.

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 01 ao PLCE nº 026/21

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Após a apuração nominal.)

Sra. Presidente, 19 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Vereadores presentes no plenário, quem nos acompanha, aqui, pelo Zoom, nós tivemos uma situação na votação da Emenda nº 01 ao PLCE nº 026/21 e estaremos abrindo novamente o painel para votação desta emenda.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Houve um problema com o registro do voto do Ver. Cirilo, que saiu como “sim”, e ele teria votado “não”. E não saiu o registro do voto do Ver. Matheus Gomes. Como o painel já estava fechado, a solução é anular a votação.

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Estamos abrindo novamente o painel para votação da Emenda nº 01.

**Vereadora Laura Sito (PT):** Eu gostaria de repetir, Presidenta, já que vamos refazer a votação, a nossa solicitação para que a emenda fosse lida, ela vale agora.

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Nós vamos manter o posicionamento de que a emenda já está protocolada no SEI, e todos temos acesso à emenda para votação.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 01 ao PLCE nº 026/21.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Após a apuração nominal.) Sra. Presidente, são 20 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): APROVADA** a Emenda nº 01 ao PLCE nº 026/21.

Em votação o PLCE nº 026/21. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo a nossa Presidente em exercício, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha nossa sessão nesta tarde; nós temos agora mais quatro falas, com certeza serão da oposição. Infelizmente o governo não está se posicionando, porque o projeto que ele está apresentando para a Câmara de Vereadores, para a sociedade, é antidemocrático, é um projeto que radicaliza o debate com a sociedade, é um projeto inconstitucional, que nós, vereadores da oposição, PT, PSB, PCdoB, PSOL, vamos convidar o PDT, vamos convidar a todos que queiram assinar conosco, junto com o Conselho Municipal de Saúde, junto com o Ministério Público para provar a sua inconstitucionalidade. Nós sabemos que a Lei nº 8.142/1990, a lei federal que preconiza a participação popular, nesse momento, foi rasgada. Nós sabemos que o art. 198 da Constituição impõe um caráter deliberativo e não consultivo. Nós achamos que o governo, infelizmente, cometeu um enorme equívoco, à medida que ele não respeita o controle social. A indignação de vocês, cidadãos e cidadãs, é a nossa indignação, mas os senhores perceberão ela no seu dia a dia, quando forem discutir um assunto que será preciso definir no Conselho Municipal da Saúde, e os senhores e as senhoras não terão mais autonomia, não terão mais maioria, como nós não temos aqui na Câmara, muitas vezes, e percebemos que os vereadores fogem do plenário, não debatem, comprometidos com a posição do governo esquecem que logo ali vem uma eleição e que eles poderão ser os representantes novamente. É bom que vocês possam conhecer as carinhas dos vereadores e das vereadoras, o povo tem que saber quem está com a cidade, quem está dialogando com a saúde pública, quem está dialogando com a ampliação dos serviços, quem está dialogando com a valorização do servidor público e não com a terceirização, com a privatização e com a entrega da função pública. Nós, hoje, aqui, não perdemos, nós ganhamos o debate, porque a nossa luta continuará permanente, dizendo à sociedade que o Sistema Único de Saúde é de fundo a fundo, que os recursos vêm 100% para poder gerir a saúde do nosso Município; que a Atenção Básica é subsidiada 95%. E assim mesmo o governo acabou terceirizando; os servidores da Saúde estão sendo demitidos sem nenhum motivo, estão sendo precarizados sem nenhum motivo; o

governo atual é um governo que atende aos interesses do capital e não da sociedade; é por isso que hoje nós enfrentamos o debate, nós não perderemos o debate, porque eles não vêm para o debate – isso acontecerá dentro do Conselho Municipal de Saúde. E nós iremos acompanhar os senhores e as senhoras, para poder judicializar, se for necessário, mas esta questão é uma questão de honra; nós assinaremos com os senhores e com senhoras para reverter esse processo; se não conseguirmos, faremos uma nova luta num novo momento, principalmente no ano que vem, quando teremos a grande alegria de reverter, a nível nacional, a posição política que deverá devolver a dignidade ao povo, deverá devolver a dignidade e o direito de intervenção a nível federal. E é por isso que nós vamos construir um Brasil para todos, capaz de trazer a dignidade e o SUS 100% para o povo do Rio Grande, para o povo de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 026/21.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Eu teria vergonha de estar votando contra o povo no dia de hoje aqui nesta Casa; mais vergonha eu teria de ser candidato a algum cargo eletivo na eleição do dia 2 de outubro. Nádía, Ramiro, Camozzato, Bobadra, vergonha, sendo pagos com dinheiro público para retirar direitos da população que paga os impostos dessa cidade. Eu teria vergonha de ser candidato a qualquer cargo eletivo se eu estivesse nessa posição. Lembrem-se dos partidos, PSDB, MDB, PL, não por acaso partidos da base aliada do Bolsonaro, não por acaso partidos que atacam o povo, partidos que retiraram a previdência, os responsáveis pela terceirização irrestrita, responsáveis pela destruição do SUS e que, se não fosse o SUS, graças a esses antivacinas, nós teríamos perecido ainda mais neste País. E vou falar de novo, Nádía, Camozzato, Ramiro, rindo, recebendo dinheiro público para retirar direitos da população trabalhadora. Por isso, nós temos que saber como votar no dia 2 de outubro. Queria, inclusive, parabenizar a Nádía pelos 2% nas pesquisas ao Senado. Parabéns, um ano de campanha, milhões investidos. E parabenizo o Ferrinho, o nosso nobre Ver. Ferronato, que simplesmente entrou na campanha, na semana passada, e já está em 1%, daqui a pouco, já está na frente, e eu aplaudo o Ferronato. Parabéns, Ferronato, salva de palmas ao Ferronato, que está fazendo um grande embate contra o poderio financeiro e contra os 2%. Não por acaso a população já começou a entender como funciona o processo eleitoral. Não esqueceremos o que está sendo feito aqui, e nós faremos um embate a favor da saúde da população porto-alegrense do Rio Grande do Sul e do Brasil! Nunca eu imaginei que esta Casa, que tem acesso a toda a população, estaria votando o fim da participação popular em um conselho tão relevante, que lida com a saúde dos porto-alegrenses. Nós temos que sair daqui sabendo quem, de fato, votou contra a população de Porto Alegre, votou contra a saúde dos porto-alegrenses, porque é inimaginável que nós estejamos aqui, já são 17h, debatendo algo que é para retirar a participação da nossa população nas decisões do poder público! Não vamos recuar

nenhum passo! Estaremos no Judiciário defendendo a saúde dos porto-alegrenses, defendendo o SUS, defendendo os servidores públicos do Município. Nós temos mais de 90% do nosso sistema de saúde, em Porto Alegre, privatizado, e o resultado é o péssimo atendimento, é a falta de especialidades, é o descaso com a população de Porto Alegre, é o desrespeito com aqueles servidores e com aqueles trabalhadores da saúde que lá estão e não recebem o seu salário. Por isso, nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, junto com o PCdoB, junto com o PSOL, estaremos de pé ao lado da classe trabalhadora sempre contra essa burguesia que destrói os nossos direitos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO) (Requerimento):**

Presidente, uma questão de ordem. Eu gostaria dos registros dessa manifestação dos Ver. Radde, porque acredito que ele tenha cometido ilegalidade eleitoral da tribuna. É proibido, pela lei eleitoral, que haja manifestações de candidaturas, manifestações de cunho eleitoral. Nós estamos em mandato, estamos aqui para falar sobre Porto Alegre e sobre os nossos mandatos legislativos e, não, sobre candidaturas e atividades eleitorais, ainda mais com menção às eleições e data da eleição. Então gostaria do registro para que a gente possa fazer o encaminhamento dessa ilegalidade.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB) (Requerimento):**

Reforçando o mesmo que foi dito pelo colega Felipe Camozzato, faço um requerimento que o vídeo e o áudio da manifestação do Ver. Leonel Radde sejam encaminhados, pela Mesa, à Justiça Eleitoral para verificação de possível crime eleitoral cometido, porque usar dinheiro público para fazer campanha é transformar a tribuna da Câmara de Vereadores em palanque.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP) (Requerimento):**

Presidente, como fui citada também gostaria de acompanhar os nobres colegas vereadores e também solicitar os Anais, porque isso está sendo cometido, na nossa tese, como um crime eleitoral. Obrigada.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT) (Requerimento):** Presidente, peço, então, a retirada de toda a conotação política das notas taquigráficas. Mil desculpas, se é o caso. Então eu peço para retirar, não tem problema.

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Presidente, o que o Ver. Felipe Camozzato falou aqui é uma bobagem. Vamos falar as coisas como são. O que o Leonel Radde falou aqui, eu quero repetir: há vereadores aqui, sim, que estão recebendo recursos públicos para votar contra o povo. Foi isso o que ele disse. Não tem nenhuma conotação eleitoral. Então, vamos parar. Claro, o Felipe Camozzato não me surpreende porque o Ver. Felipe Camozzato é um defensor da privatização de tudo e ele quer

liquidar o SUS, mas não fique aqui querendo pressionar vereador que está dizendo simplesmente a verdade.

**Vereador Jonas Reis (PT):** Presidenta, por gentileza, isso tudo que o Ver. Ramiro colocou aqui, e que o Camozzato colocou é nada mais, nada menos do que aqueles que não conseguem lidar bem com o clamor do povo, com a verdade da tribuna, com o contraditório de estar com o salário em dia e estar tirando o direito à saúde da população. Não adianta usar o microfone de aparte aqui para vocês inventarem lei eleitoral. Vocês não trabalham...

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Está registrado nos Anais. Estamos voltando ao encaminhamento do projeto. Vereador, vamos deter o aparte para situações que sejam relevantes com relação à sessão e não a discursos. Eu volto para sessão. Todos os vereadores podem pedir liderança e estarem debatendo os temas que não são com relação à pauta.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Presidenta, ficou claro que o Ver. Leonel Radde retirou qualquer assunto de cunho eleitoral.

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Está registrado. O Ver. Moisés Barboza gostaria de falar no *chat*.

**Vereador Moisés Barboza (PSDB):** Presidente Mari, na verdade, eu estou contemplado com o Ver. Leonel Radde. Eu só iria fazer esse apelo de tirar para não prejudicar o colega Ferronato, que é um grande vereador e colega nosso. Eu estou contemplado com a retirada das falas do Ver. Leonel Radde. Obrigado.

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Está feito o registro. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 026/21.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Presidente, Mari Pimentel; vereadoras, vereadores, na verdade, o que há é um desrespeito com a população, com os representantes do conselho. A população que vê, no Conselho Municipal de Saúde, a sua representação numa área tão importante; a população do 4º Distrito está aqui; a população que luta por moradia está aqui também. O que a gente vê, e que as pessoas estranham muito, é que se sucedem os discursos contra o projeto, mostrando a sua inconsistência, mostrando, o que é mais importante agora, a sua inconstitucionalidade, porque o projeto ataca a capacidade deliberativa do povo, prevista na Constituição. Mas sucedem-se discursos sérios, relevantes, e não há defesa do projeto; vocês não viram nenhuma defesa. Então, entende-se que a população fica perplexa, eu ficaria também. Ninguém defende o projeto, e ele passa; ninguém defende, ninguém ataca uma Emenda, e ela é rejeitada. Como funciona isso? Não há conhecimento do projeto, não há conhecimento das emendas, eu falei aqui. Nós o estudamos para fazer o bom combate, o

combate adequado, parlamentar, legislativo, fiscalizatório, o que é nossa obrigação, e para apresentar os nossos momentos. Nenhum argumento nosso é contestado, nenhum. Vejam bem esse detalhe: nenhum argumento nosso é contestado. Por que vai passar um projeto como esse que não teve defesa alguma, que não teve nenhuma argumentação a favor? Não há debate, não há debate; vejam isso. É importante salientar, é importante registrar: quem vota e acredita no projeto não tem argumento para defendê-lo na tribuna. Ao contrário, nós estudamos o projeto, organizamos o ataque, fizemos emendas e estamos sustentando nossa posição, respeitando a população que está aqui, mostrando a nossa argumentação, como a respeitaríamos, se ela fosse contrária aos nossos argumentos, e isso já aconteceu. Então é importante registrar, Presidente Mari Pimentel, que nós encaminhamos contra esse projeto e que não vimos nenhuma defesa do projeto, mas nenhuma defesa. Esse dado histórico, é importante, porque não há como defender aquilo que se tira do povo por nada - por nada! - para entregar não sei para quem! Eu repito, Silvia Giuliani, no tempo da Sollus e da Reação, era isso que acontecia. É a relação com as entidades privadas com interesse em todas as áreas, inclusive na saúde, no 4º Distrito, em tudo! Aqui não há defesa desses interesses; mas no voto há! Portanto, fiquem atentos para isso. Essa luta não termina aqui. Não termina aqui. Nós vamos enfrentar hoje, votar hoje, vencer ou perder, não importa, hoje! Nós vamos mais, nós vamos para o Judiciário, nós vamos para o ano que vem, nós vamos seguir! Nós vamos defender a saúde pública, nós vamos defender um Conselho Municipal deliberativo, nós vamos defender o SUS! Contra o projeto. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 026/21.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Obrigado, Presidente. Boa tarde, colegas; boa tarde, público que nos acompanha; boa tarde especialmente aos meus colegas da oposição. Quero dizer que eu vim a esta tribuna, colegas vereadores, para defender o legado da gestão do PT! Eu vim aqui defender o legado da gestão Dilma Rousseff! Eu vim aqui defender o legado de Jaques Wagner, governador da Bahia, que, na data de 29 de maio de 2010, assinou um contrato de gestão para fazer uma concessão de um hospital público 100% SUS, que atualmente é um dos mais bem avaliados do País. Jaques Wagner estava correto! O PT acertou! E pelo jeito as bancadas de Porto Alegre e as bancadas da oposição, da esquerda porto-alegrense não estão conectadas com o que a esquerda moderna vem fazendo. A esquerda moderna, a do resto do país...

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Presidente, o meu tempo... Presidente Mari, queira garantir o meu tempo.



(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Por favor, eu peço que a galeria deixe o momento para o vereador falar. Muito obrigada.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Vamos seguir o debate de ideias, portanto. Somos a favor da democracia, não somos? Quem é a favor da democracia levanta a mão! O pessoal da frente, aqui, não levantou a mão, devem ser os fascistas que estão gritando, né? Devem ser os autoritários que estão gritando! Os amantes de ditadura são aqueles que não deixam os outros falarem.

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Eu peço que a galeria se contenha, pois temos vereador na tribuna.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Amantes ditadura não deixam adversário político falar. Vamos lá, só os fascistas agora! Podem gritar.

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Eu solicito que a galeria entenda que nós temos um vereador na tribuna. Muito obrigada.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Como eu ia dizendo, eu quero vir aqui fazer o que a bancada do PT não fez, que é defender o legado do seu partido. O governador Jacques Wagner acertou ao fazer a concessão do hospital do subúrbio: 268 leitos hospitalares, Ver.<sup>a</sup> Nádia, leitos de UTI completa, semicompleta, atendimento de todas as especialidades, um *case* no Brasil de saúde pública através de uma concessão. É esse tipo de coisa que nós não conseguimos debater um conselho em que não há paridade, que está instrumentalizado por quem é autoritário e não deixa vereador que diverge ideologicamente falar.

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Peço que a galeria se contenha. Estaremos assegurando o tempo do Ver. Felipe Camozzato, e solicito que a Guarda Municipal nos ajude a conter a galeria.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** De 2010 para cá, o que nós vimos foi uma excelência em saúde garantida por esses contratos e a defesa do Conselho Municipal de Saúde com cadeiras representadas por gente que não sabe divergir é uma evidência de que isto está errado e não contribui para a saúde pública.

Portanto quem defende a saúde pública, defende práticas como a do Jaques Wagner do PT, defende o respeito à divergência, defende o respeito ao diferente, é tolerante e não intolerante. O tempo da gritaria sindical, o tempo da violência política como a que está sendo praticada aqui acabou, e é uma pena... Eu estou vendo aqui uma jovem mostrando os dedos... Muito amor! A bancada negra, que tanto sofre com o radicalismo muitas vezes aqui nesse plenário, que eu venho aqui sempre defender que não pode haver, agora está experienciando quando sua militância faz isso com adversários políticos e ideológicos. É assim que quem não é de esquerda é tratado, se nós estivéssemos em países aliados ao que os seus governantes ou seus líderes defendem, estaríamos sendo fuzilados, não teríamos voz, não teríamos microfone. A população brasileira está cansada de ser subserviente a ideologias fracassadas. O Muro de Berlim caiu, e caiu também, inclusive, na prática do PT, que já fez concessão e que sabe que isso é o futuro. Aceitem que dói menos. Vamos avançar, Porto Alegre!

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Muito obrigada, Ver. Felipe Camozzato.

**Vereadora Laura Sito (PT):** Eu gostaria, Presidente Mari Pimentel, de solicitar que o Ver. Felipe Camozzato retire das notas taquigráficas, é só ofensa ao público que está nos acompanhando, chamando de fascista, chamando de amantes da ditadura.

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Deixaremos o debate político para o plenário. Estamos votando.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Presidente, o Ver. Camozzato apontou para nós aqui dentro do plenário e disse: “Vocês são amantes da ditadura”. Eu gostaria que ele retirasse, porque ele está atingindo muitos vereadores aqui. Nós não somos amantes da ditadura. Acho que deverá ter o reconhecimento do vereador.

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Vereador, nós temos a liberdade do vereador.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Não, ele pode ter a prerrogativa de retirar ou não.

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Sim, eu solicito que vocês debatam isso em particular.

**Vereador Felipe Camozzato (NOVO):** Vereadora, eu retiro se o líder da oposição for à tribuna e condenar o governo de Cuba.

(O Ver. Idenir Cecchim reassume a presidência dos trabalhos.)

**Vereadora Comandante Nádia (PP):** Presidente só para endossar, nós estamos num país livre e democrático, é importante todos os lados escutarem o que os vereadores estão falando aqui. Não há democracia, não há educação com essa gritaria. E aqui não tem ninguém xingando ninguém. Então, assim, quando nós somos chamados de fascistas, tudo bem, faz parte da política. Agora um absurdo que falaram para o Ver. Camozzato...

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** ...Pessoal, durante toda a tarde, todo mundo se comportou, todo mundo pôde vaiar. Eu queria pedir a vocês, enquanto tiver alguém na tribuna, o silêncio; depois, no final do discurso...

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Mas que barbaridade...

**Vereador Jonas Reis (PT):** Mas é para apaziguar! Queria pedir, Presidente, que os vereadores que subirem à tribuna tenham a sensibilidade de que o vereador tem dois microfones e lá são todas as pessoas apenas com a sua voz, que eles não disputem com as pessoas, é natural o público vir para cá, esta é a Casa do Povo, ela não é nossa, não é minha, não é sua, é de todo mundo que paga o salário de quem está aqui. Esta Câmara custa R\$ 256 mil por dia; eles têm todo o direito de gritar, e a gente, com tranquilidade, de trabalhar também.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Mas tem que ter organização. Nós temos que ouvir; por favor, tem uma vereadora na tribuna, vamos ouvi-la.

Vamos sentar, pessoal, senão vocês vão cansar, sentem, por favor. A vereadora está perdendo o tempo dela, já perdeu meio minuto.

A Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 026/21.

**VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB):** Bem pelo contrário, eu não estou perdendo meu tempo, eu estou ouvindo o povo, que é quem, legitimamente, tem que estar aqui, fazendo isso que está fazendo, colocando a pauta que é central neste momento: a da saúde. Eu sou porta-voz desse povo que votou para que nós estivéssemos aqui. Então, se eu não ouvir o povo, não vale de nada estar ocupando este lugar. Nós não temos medo do povo. Manifestem-se! Podem, sim, colocar toda essa raiva que é por conta desse projeto absurdo que vem sendo tocado nesta Casa de forma mais absurda ainda por aqueles que desconhecem a importância do Sistema Único de Saúde, logo nem sabem por que é necessário agir com o Conselho efetivo, deliberativo, com todas as suas instâncias garantida. Nós sabemos, e sabemos muito bem, a pergunta

que nós devemos fazer é: a quem interessa a retirada do Conselho? A quem interessa, de fato, toda essa descredibilidade acerca do controle social, é isso que aqui nós vamos deixar evidente, e ainda aproveito desse espaço e do meu tempo para falar que esses mesmos que se manifestam, pedindo a retirada, esses mesmos que se manifestam, pedindo que a segurança tire o povo da Casa do Povo, são aqueles que apoiam um projeto que neste período também atacou o Sistema Único, um projeto que matou quase 700 mil pessoas, um projeto que falou o tempo todo que estava na defesa, mas estava com corrupção em torno de compra de vacina, um projeto que desmantelou a Atenção Básica, um projeto que nunca teve técnica no Ministério da Saúde. Esses são aliados a esse projeto! Nós entendemos isso e nos posicionamos. Então, manifestem-se, o tempo que sobra é de vocês! Eu sou porta-voz de vocês! Então façam isso: falem dessa indignação, que o Sistema Único é atacado, de uma Atenção Básica totalmente descredibilizada porque foi terceirizada.

Na última chuva, a Ver. Karen bem trouxe, nós tivemos aqui uma série de reclamações e solicitações para que fossemos até esses espaços de saúde que estão extremamente largados e abandonados. Se preocupem com isso! Olhem para esses espaços, pensem de que forma nós vamos reconstruir; isso que é fundamental para a população que é SUS, dependente, não ataquem ainda mais. Infelizmente, é isso. Eu peço desculpa a vocês por serem tratados dessa forma nesse espaço. Isso é o que tem de pior, é vexatório, é absurdo! E depois, ainda questionam o porquê do nosso levante; é justamente por isso, é porque nós não vamos ser coniventes com este projeto, não vamos ser coniventes com esse processo covarde que está em curso, iremos até o último em todas as instâncias. Se aqui já está dado que perdemos, saibam que nós não vamos aceitar isso de forma nenhuma, iremos até o fim, porque o povo de Porto Alegre é quem está sendo atacado a partir do momento que utiliza que tiram a possibilidade de o Conselho estar efetivo. Por favor, por favor, não desistam e contem com a nossa força, porque, realmente é só dessa maneira, é só a luta que vai mudar essa realidade. Manifestem-se! Esta é a Casa do Povo!

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 026/21, pelo governo.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Boa tarde Sr. Presidente, colegas vereadores, membros desta Casa, subo neste púlpito, na tarde de hoje, após discussões acaloradas, com muita autoridade e autonomia, para falar sobre este projeto. Em 2014, aqui nesta Casa, eu entrei com dois projetos alterando a Lei Orgânica do Município. Um, alterando a Lei Orgânica do Conselho Municipal de Saúde, e outro alterando o Conselho Municipal de Transporte. Não obtive êxito e entrei com esses projetos porquê? Apresentei, com mais de 140 mil assinaturas, nesta Casa, uma alteração à Lei Orgânica do Município, que abre os postos de saúde até às 24 horas, e fui cumprir as questões democráticas de um projeto que altera a Lei Orgânica do Município. Fui para

as comunidades e fui para o congresso da cidade, que estava discutindo as questões da cidade. Quem encaminhou contrário ao meu projeto de lei? O Conselho Municipal de Saúde, dizendo que não podia. O Conselho Municipal de Saúde foi contra o primeiro posto de saúde que abriu até às 22 horas em Porto Alegre, que é o Posto São Carlos! Quando foi aberto o posto, o Conselho entrou na justiça. Se houve muita ameaça da oposição, aqui, Ver. Pedro Ruas, Roberto Robaina, dizendo que vão entrar na justiça. Só que já entraram várias vezes na justiça e perderam, inclusive nessa questão dos membros do Conselho. O que faltou para oposição dizer aqui é que essa lei que fala do Conselho, que permite que nós façamos alteração, é de 1990. A oposição esteve no poder federal por 16 anos e não alterou o parágrafo único dessa lei, no seu artigo 1º, que diz: “as decisões deliberadas e tomadas pelo conselho dependerão da assinatura do gestor. Nenhuma vez, a oposição alterou isso, porque, se dependesse do conselho, a senhora e o senhor que usa o Posto de Saúde Santa Marta, que usa o Posto de Saúde Modelo, que usa o São Carlos, que usa o posto, Ver. Gilson Padeiro, lá no Extremo-Sul, que abre até às 22h, não teriam acesso a essa saúde plena. E, aí, quando eu falo na participação dos trabalhadores do conselho, eu, com muita autoridade de representar mais de 110 mil trabalhadores da iniciativa privada de Porto Alegre, de representar vários segmentos da iniciativa privada de Porto Alegre, que precisam das Unidade Básica de Saúde abertas até às 22h e nos fins de semana, e também das farmácias abertas até às 22h, 23h, e convênio com as farmácias privadas para a gente ter remédio, não temos assento neste conselho como representante dos trabalhadores. Isso da representação do conselho se dá por núcleos, se dá por núcleos de trabalhadores da saúde, não os trabalhadores beneficiados pela saúde. Nós estamos mudando esse conselho. Vamos mudar. Já mudamos o conselho de educação que é conta a abertura das creches até às 23 horas e nos fins de semana. O conselho, que é para ajudar o povo, é o conselho que é contra o povo. Então o nosso governo que na campanha assumiu um compromisso com o povo de Porto Alegre, o nosso governo irá mudar o Conselho Municipal da Saúde, como já mudou o da educação, como já mudou tantos outros conselhos para ajudar as pessoas de Porto Alegre. Como líder do governo, eu encaminho pela aprovação deste projeto, que é um projeto para quem precisa de acesso à saúde, não para quem fica militando na atividade sindical dentro da saúde. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLCE nº 026/21.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Após a apuração nominal.)

Sr. Presidente, são 22 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): APROVADO** o PLCE n° 026/21.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento):** Sr. Presidente, em acordo com o Ver. Cassiá Carpes e a Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLCE n° 007/22. Após retornaremos à ordem normal.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Presidente, ele está lá um dos últimos projetos. Nós temos um acordo de liderança para manter a ordem dos projetos. Agora, o Ver. Janta quer colocar na frente de todos os outros projetos. É meio lamentável. Ele está rasgando o acordo de liderança das quartas-feiras. Eu peço para ele que retire, senão, nós vamos encaminhar.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Presidente, só para registrar que houve um requerimento do Ver. Cassiá, na última sessão, ao final, que fosse mantida a ordem. O próximo, inclusive, é o dele. Claro, eu respeito a posição de querer buscar uma votação diferente na Ordem do Dia, mas nós já acertamos isso, tanto na reunião de líderes, quanto aqui no plenário. Fica esse registro, Presidente.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Está registrado.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Presidente, colegas vereadores e vereadoras, olha o que está acontecendo nesse momento. O líder do governo, Ver. Janta, está rasgando o acordo feito numa reunião de líderes, onde nós estabelecemos uma infinidade de projetos de lei de vereadores, do governo. Pois agora Ver. Janta, governo, está antecipando a votação do projeto do Plano Diretor do 4º Distrito. Nós não estamos dando acordo. Nós temos direito de não dar acordo. E nós vamos aqui, inclusive, pedir para que o governo retire esse projeto de lei. Nós temos uma infinidade de trabalhadores, de moradores do 4º Distrito que não foram contemplados nas suas demandas, que não foram ouvidos em audiências públicas, que, segundo o governo, fez virtualmente. Agora, eu pergunto: quem deles tem celular, tem Internet para poder participar das audiências públicas? Nós estamos trabalhando e olhando a cidade como um todo, e não somente para aqueles que têm capital, que têm suas benesses, que têm, em tese, condições de ter internet em casa, para poder participar de uma audiência pública. Nós temos mais de 12 comunidades que não participaram, não foram ouvidas. Procuraram o secretário do DEMHAB, reivindicaram, colocaram as suas posições, e o próprio secretário André Machado teria dito a eles que, nessa altura do campeonato, ficaria difícil. Difícil não, porque esse projeto de lei, o governo está apressando a votação, Ver.<sup>a</sup> Laura. Ele não deixou passar pelas comissões da Casa, ele está pedindo

urgência urgentíssima com o art. 81, passou apenas na CCJ. E agora, no apagar das luzes, nobre líder do governo, com mais de 11, 12 emendas, V. Exa. quer votar hoje? Não vai conseguir, porque nós temos um outro acordo de que, pelas 18:30, 18:45, termina a sessão. Por que apressar o passo, por que radicalizar? Vamos ouvir, vamos conversar sobre as emendas apresentadas. Quem sabe os senhores se sensibilizam, para poder aproveitar alguma emenda? Vocês não gostam da democracia, vocês falam tanto, mas, na vida real, vocês são contra a democracia, vocês radicalizam e não querem ouvir a voz do povo. São mais de 12 comunidades que serão prejudicadas, a não ser que vocês queiram construir um muro para poder dividir os pobres e os ricos. Os grandes empreendedores não terão nem o limitador dos índices construtivos no 4º Distrito pelo projeto original do governo. O projeto poderá possibilitar prédios de até 30 andares. Olhem os impactos que vão acontecer nessa região: para os ricos, tudo; para os pobres, nada. É por isso que não é justo que os senhores agora venham querer colocar goela abaixo destes cidadãos que estão aqui. O povo quer moradia popular. Nós queremos construir uma possibilidade de dialogar com o próximo governo federal, para instituir programas para poder ter regularização fundiária, poder ter o programa Minha Casa Minha Vida, poder olhar as pessoas com dignidade. Mas os senhores continuam com a mesma posição: para os ricos, tudo; para os pobres, nada, como aconteceu no Centro Histórico. É por isso que nós encaminhamos contra o requerimento de priorização desse projeto de lei neste momento. Nós queremos diálogo, porque o diálogo vai nos ajudar a reduzir as desigualdades e a trazer dignidade para esse povo que reivindica com razão. É por isso que conclamamos, queremos urgentemente que a sessão seja interrompida, Presidente, e esse povo seja ouvido na sala da presidência. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Obrigado, Presidente Idenir Cecchim; vereadores, vereadoras, público que nos dá a honra da presença, particularmente o pessoal da saúde que ainda continua aqui, o Joãozinho, a Tainara, todo mundo aí; o pessoal do 4º Distrito, lutadores, lutadoras, da habitação. O que há aqui, Presidente, e eu peço uma sensibilidade à Casa, é que nós estamos rompendo dois acordos, Ver. Cirino, que me dá a honra da atenção. Houve um acordo, Ver.<sup>a</sup> Laura, no colégio de líderes, através do qual hoje nós teríamos a votação com a ordem já estabelecida. Posteriormente, na sessão anterior, um pedido do Ver. Cassiá, de que no dia de hoje nós tivéssemos a mesma ordem estabelecida, inclusive o próximo projeto seria o do Ver. Cassiá Carpes. O Ver. Claudio Janta, Ver. Oliboni, descumpe esse combinado, esse acertado, e faz um requerimento de inversão, para colocar agora a votação do projeto do 4º Distrito. Isso não tem sentido, isso não tem sentido, mesmo porque um projeto dessa natureza, que altera Plano Diretor, não pode ser votado assim, “porque eu quero votar antes”. Não é assim. Com todo respeito ao Ver. Janta, que ele

sabe que eu tenho esse respeito e é sincero, mas não pode ser feito dessa maneira. Nós temos que manter a ordem do combinado. A Casa tem determinadas regras e elas não podem ser descumpridas na relação entre as bancadas. Há uma correlação de força estabelecida. O governo tem, via de regra, a possibilidade de chegar a 26 votos; a oposição, a 10. É uma realidade. Agora, as regras de convivência entre os 26 e os 10 não podem ser modificadas. Não podem ser. Não pode ser usado o fato de ter 26 para combinar e descumprir; não pode, porque não é justo, e isso pode dar, sim, uma outra consequência, porque então nós temos que ter um outro acompanhamento nas reuniões de acordo de líderes, para além dos vereadores. Ver. Hamilton, é isso, vamos ter que pedir um outro acompanhamento, porque se aquele não será cumprido, dificilmente – dificilmente – o governo vai perder uma votação, dificilmente, mas vai votar no horário que combinou, no dia e horário que combinou. Desta forma, tira, inclusive, a legitimidade da votação; tira, inclusive, a capacidade nossa de continuar dialogando. Não é assim que funciona. A casa legislativa, repito, respeita sua correlação de forças, 10 a 26, é isso que nós temos, mas também respeita os acordos realizados. O governo vai vencer? Provavelmente, mas não no momento em que quer, e sim no momento combinado. O encaminhamento é contra essa mudança que, de fato, cria um problema muito maior de relação daqui para diante. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A Ver.<sup>a</sup> Laura Sito está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta.

**VEREADORA LAURA SITO (PT):** Nobre Presidente, inscrevo-me, na verdade, para endossar para o requerimento apresentado pelo Ver. Aldacir Oliboni. Infelizmente, nessa Casa, a gente tem criado uma dinâmica de que, mesmo havendo a reunião de líderes, se o projeto é polêmico, há sempre um requerimento para passá-lo na frente, o que acaba sendo uma estratégia de plenário de poder sufocar a capacidade reflexiva sobre os temas. Veja bem, nós temos aqui, diante de nós, uma grande mobilização de diversos movimentos sociais, ocupações, mobilização de pessoas que vivem o 4º Distrito no seu dia a dia; muitas, inclusive, pelas limitações impostas das audiências públicas serem virtuais, acabaram inclusive não conseguindo participar dos debates. Quando o Ver. Oliboni vem aqui e apresenta um requerimento para que a gente possa seguir a ordem estabelecida e acordada no colégio de líderes, solicita que essa comissão possa ser recebida na sala da presidência, aqui o que nós apontamos é uma sinalização do parlamento de que há espaço para algum grau de diálogo; infelizmente, nesta Casa, aparece que não há nenhuma disponibilidade de fazer uma mínima sinalização democrática; pelo contrário.

Então, eu venho aqui reforçar o nosso requerimento para que nós possamos manter a ordem dos projetos estabelecida na reunião do colégio de líderes, porque, senão, parece que a reunião é só *pro forma*. E toda vez que nós temos um projeto de alto interesse econômico, ele vem aqui para o plenário e altera a ordem da discussão que



está posta. Então, aqui reafirmo esse requerimento para que nós possamos ter um debate de qualidade e o mais democrático possível.

(Não revisado pela oradora.)

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Nobre Presidente, com todo o respeito a V. Exa., eu queria informar a V. Exa e a Diretoria Legislativa que o art. 100, do Regimento, diz: “O Prefeito poderá encaminhar Mensagem Retificativa às proposições de sua iniciativa. Parágrafo único. Quando a Mensagem Retificativa alterar apenas parte da proposição, aplicar-se-ão os dispositivos desta Resolução relativos às Emendas e, no caso de a alteração caracterizar a substituição da proposição, aplicar-se-ão as normas desta Resolução relativas aos Substitutos”.

Sabendo que a mensagem retificativa é complexa e busca substituir o texto original do projeto, se caracterizando como substitutivo, como ela não tramitou ainda 45 dias na Casa, como a mensagem retificativa caracteriza como substitutivo, como eu falei, tem que haver uma nova audiência pública. Pedimos, então, a suspensão da sessão e a consulta da Procuradoria sobre o requerimento feito neste momento.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Prezados vereadores, gostaria de encaminhar o requerimento da oposição aqui, solicitando que a gente mantenha hoje a votação do item sétimo, tendo em vista que nós já temos mais de 11 emendas que entraram. Nós sabemos a importância desse tema para a cidade. Nós estamos falando num pacote de desoneração fiscal que só de IPTU são R\$ 170 milhões. Então eu considero importante, ainda mais porque nós, vereadores, temos que cumprir o artigo 113 da Lei Orgânica do Município, o qual, a cada quatro anos, nós precisamos avaliar todas as políticas de exoneração fiscal e votar novamente aqui da Câmara, ver se elas estão dando certo ou não, mas até agora nós não temos uma prática como essa aqui no plenário. Por isso eu considero importante nós analisarmos as emendas que estão vindo, se vem algo nesse sentido e esperamos que todas as emendas sejam protocoladas e a gente volte como sétimo item na pauta do dia.

(Não revisado pela oradora.)

**Vereadora Laura Sito (PT):** Presidente, uma questão de ordem. Eu estou aqui com uma cópia, na verdade, do *site* da Câmara e aqui percebo que a mensagem retificativa não foi publicizada no *site* da Câmara, considerando a discussão pública. É um projeto que tramita há cerca de 45 dias. Então, na verdade, a gente proceder com essa votação seria um equívoco jurídico. Então faça aqui um registro, uma questão de ordem.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Registrado.

**Vereador Cláudio Janta (SD):** Como presidente da Comissão de Constituição e Justiça, quero avisar os nobres pares que, primeiro, esse projeto tem um parecer dado pela CCJ, não somente ao projeto, mas à mensagem também, tirando as emendas novas que entraram. Então a oposição tem que decidir qual é o critério que será adotado, não só a esse projeto, a todos os projetos. Se o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, aprovado, com um único voto contrário da oposição, do Ver. Radde, se esse parecer vale ou não vale ou se virá ao plenário. É o direito de oposição, contra todos os projetos que a gente aprova, a entrar na Justiça. Então depois entrem na Justiça. Nós fizemos duas audiências públicas, nós cumprimos todos os trâmites desta Casa. Acabamos de votar uma mensagem retificativa ao substitutivo, sempre foi assim. Então, a oposição nos ameaça na Justiça, após isso, entra na justiça.

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Presidente Cecchim, eu comentei com o líder do governo, o Vereador Janta, nós não temos interesse em judicializar; nosso interesse é debater. Obviamente, nós temos uma opinião de que esse debate não foi feito, porque não teve um processo democrático, real de participação do povo, mas essa é uma opinião que nós queremos debater, só que nós não temos interesse em judicializar. Ocorre que, na nossa interpretação, se há uma mensagem retificativa que não há publicidade dessa mensagem, se ela não é publicizada, isso não é legal, isso não responde ao funcionamento correto da Câmara. Isso nós não podemos aceitar. Então eu gostaria que fosse suspensa a sessão para que a Procuradoria pudesse emitir um juízo e aí, sim, nós poderíamos votar sabendo que nós estamos fazendo algo legal e não incorrendo numa ilegalidade do funcionamento da Câmara. Obrigado.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Com todo respeito, todas as emendas que a situação e a oposição apresentaram, até hoje, em cima da hora, não tiveram publicização. Então o senhor quer que se anule todas essas emendas, inclusive as suas que foram apresentados em cima da hora? Acho que estamos tratando de um assunto que, se é publicizado, os vereadores têm a obrigação saber na publicização das emendas, se não fizerem em cima da hora. Quando não entende, o diretor legislativo as lê, então o vereador tem base para fazer a votação. Eu recebo a sua reclamação, deixo registrado, mas indefiro.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Laura Sito e pelo Ver. Aldacir Oliboni, o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Após a apuração nominal) Sr. Presidente, são 20 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** **APROVADO** o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento):** Sr. Presidente, eu tinha feito, quando a Ver.<sup>a</sup> Mari estava na presidência dos trabalhos, e reitero o pedido de prorrogação da sessão por 2 horas.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação a prorrogação da sessão por mais duas horas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Eu consulto os vereadores e as vereadoras se temos acordo para fazer um bloco para votação de homenagens, contendo os seguintes Requerimentos: 126/22, 136/22 e 086/22.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Lê ementa dos Requerimentos n<sup>os</sup> 126/22, 136/22 e 086/22.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Há acordo. Em votação a formação de um bloco de votação composto pelos Requerimentos n<sup>os</sup> 126/22, 136/22 e 086/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

### **REQUERIMENTO – VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. N° 126/22 – (Proc. n° 0616/22 – Ver. João Bosco Vaz) –** requer seja o período de Comunicações do dia 05 de dezembro destinado a assinalar o transcurso dos 150 anos do Clube Floresta Aurora. **(SEI 032.00012/2022-26)**

### **REQUERIMENTO – VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. N° 136/22 – (Proc. n° 0674/22 – Mesa Diretora) –** requer seja o período de Comunicações do dia 22 de agosto destinado a homenagear os Direitos das Pessoas com Deficiência. **(SEI 017.00125/2022-47)**

### **REQUERIMENTO – VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. N° 086/22 – (Proc. n° 0404/22 – Ver. Alvoní Medina) –** requer a realização de Sessão Solene no dia 23 de agosto, às 15h, destinada à entrega da Comenda Porto do Sol à APAE. **(SEI 020.00025/2022-15)**

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação o bloco composto pelos Requerimentos nºs 126/22, 136/22 e 086/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0405/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 007/22,** que institui o Programa +4D de Regeneração Urbana do 4º Distrito de Porto Alegre e estabelece regramentos urbanísticos específicos, além de incentivos urbanísticos e tributários promotores de desenvolvimento, inclui o inc. XXXI e os §§ 15 e 16 no art. 70 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973 e inclui o inc. VIII e o § 8º no art. 8º da Lei Complementar nº 197, de 21 de março de 1989. **(SEI 118.00283/2022-87)**

### **Parecer:**

- da **CCJ.** Relator Ver. Ramiro Rosário: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto, da Mensagem Retificativa e da Emenda nº 01.

### **Observações:**

- com Mensagem Retificativa;
- com Emenda nº 01, do Ver. Ramiro Rosário;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 15-08-22 por força do art. 81 da LOM.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em discussão o PLCE nº 007/22.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Desculpa, eu estava conversando com o líder do governo, antes do projeto que o nobre líder do governo antecipou, tem outros projetos. Porque ele falou no item nº4. Nós votamos agora algumas homenagens. Com relação a esses quatro, três projetos, os vereadores retiraram da priorização? Porque o Ver. Janta pediu a substituição para o item nº 4 da Ordem do Dia. Os projetos anteriores foram retirados? Eu não vi nada aqui. Eles teriam que retirar.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Claro que não. Só foi invertida a ordem, vereador. É simples.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Então nós vamos votar os projetos anteriores?

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Se foi votada a inversão da ordem, vereador, não tem como. Ou a sua hermenêutica está assim, igual à minha, um pouquinho devagar?

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Sr. Presidente, eu entendi, no requerimento, que o Ver. Janta estava substituindo o item nº 4, projeto do governo, por este que o senhor encaminhou. O item nº 11 é o projeto que o Ver. Janta quis trazer, que é...

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Ele substituiu o item nº 2.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** O item nº 2? Mas o item nº 2 não é projeto do governo!

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O requerimento, por favor...

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Está dizendo aqui que dois vereadores abriram mão, mas não foi apregoadado.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** É o requerimento que foi aprovado no plenário.

**Vereador Claudio Janta (SD):** O líder da oposição fez uma proposta para o governo de nós iniciarmos a discussão e encerrarmos a discussão. Mas pelo jeito eles não querem encerrar a discussão, eles querem continuar discutindo a noite toda. A base do governo está disposta a discutir a noite toda, se quiserem. Porque este projeto é importante para a cidade. Encaminharam para não antecipar o +4D, e agora estão dizendo... Né?! Então, acho que eu vou ver vou ver se providenciamos um lanche aí, Alexandre, para o pessoal, eu acho que está faltando uma oxigenação no cérebro.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Está encomendado lanche para meia-noite e quinze minutos. Obrigado.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Quem está rasgando o acordo não é a oposição. Quem está rasgando o acordo de líderes é o líder do governo.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Registrado. A Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/22.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Prezados colegas vereadores, Presidente Idenir Cecchim, público que nos acompanha aqui na TV Câmara, eu gostaria de reforçar a importância desse projeto para a nossa cidade. Nós vemos um projeto com muito estudo em todo ambiente arquitetônico, que traz uma

nova visão de cidade para Porto Alegre, uma visão de uma cidade que pode se adensar, que pode ter uso múltiplo do solo, que pode ser uma cidade do futuro, uma cidade que não precisa de grandes recursos. Uma cidade do futuro para uma região, uma cidade do futuro que para existir está contando também com instrumentos artificiais. E por que eu falo de instrumentos artificiais? Porque quando nós falamos em liberar, em desburocratizar, quando nós falamos em liberdade de empreender, quando nós falamos em liberdade de morar, de viver e de comércio, nós estamos falando em liberdade. Mas quando nós falamos de um pacote tão agressivo de desoneração fiscal por tantos anos, e nós estamos falando de 15 anos, ou seja, os próximos três prefeitos da cidade de Porto Alegre - pode ser qualquer um de nós aqui - estarão pagando essa conta. Ver. Oliboni, nós temos ali, o prefeito de Porto Alegre em 2036 pode ser um de nós e vai estar arcando com a desoneração fiscal estimada em R\$ 17 milhões. Eu gostaria que todos entendessem a proporção desse investimento que a cidade está fazendo, a importância desse debate ao trazermos em tão longo prazo um investimento que não conseguimos avaliar. E por que eu falo que nós não conseguimos avaliar? Nenhuma política pública até agora nessa cidade de Porto Alegre trouxe o resultado de impacto, de como foi o impacto de desburocratização, o impacto de desoneração fiscal. Em nenhum momento nós tivemos. Um cidadão, no ano passado, solicitou à Câmara de Vereadores que trouxesse todas as políticas de incentivos da cidade, e trouxesse transparência, mas o prefeito de Porto Alegre colocou a culpa na Procempa, disse que não existia pro sistema, que nós não tínhamos informações. Logo, nós, hoje, na cidade de Porto Alegre, não sabemos se os incentivos estão sendo colocados de maneira correta, se nós estamos incentivando quem precisa ser incentivado, ou se nós estamos fazendo uma política setorista e direcionada para uma parcela da população. Reforço a seriedade que todos nós temos ao votarmos esse projeto, porque nós estamos falando que o prefeito de 2036 estará arcando com o custo dessa possível desoneração fiscal. E reforço que eu coloquei uma emenda, para conseguirmos diminuir essa desoneração. Vamos avaliar esse projeto em 3 anos, vamos avaliar se realmente trouxemos as pessoas para o 4.º Distrito, se o 4º Distrito se desenvolveu, se em outras áreas da cidade a gente poderia fazer uma política pública para incentivar a moradia. Mas, não, não conseguimos ainda um acordo para essa emenda, e eu gostaria de reforçar. O que é que vale essa política só da parte fiscal, da parte de IPTU para cidade de Porto Alegre? Nós estamos falando que todos os moradores da Restinga, da Lomba do Pinheiro, da Medianeira, do Rubem Berta, não pagassem IPTU durante 15 anos. Nós estamos falando das regiões que mais sofrem com a falta de desenvolvimento, com a falta de poder econômico, pessoas que realmente sofrem para pagar o IPTU, e nós estamos direcionando uma política pública, que eu reforço, o Partido NOVO e eu somos a favor totalmente de redução de impostos. Mas que isso seja para toda população Porto Alegre, e não, para o bairro ou para uma pessoa local. Eu gostaria de reforçar que, se nós vamos trabalhar sobre políticas de desoneração vai ser para todo o empreendedor de Porto Alegre. Qualquer empreendedor que vai investir, seja na Restinga, seja no Lami, seja no Rubem Berta, também deveria usufruir do benefício fiscal; ou novo morador que vai fazer um novo investimento de ocupação na Restinga, no Rubem Berta, no Lami, no Sarandi, também deveria contar com

desoneração fiscal. Então eu trago esse debate já na discussão, porque eu considero muito importante e pertinente para a cidade, de a gente entender a magnitude dos números e entender que nós não estaremos aqui em 2036, ou alguns estarão. Mas Porto Alegre estará pagando a conta e serão cidadãos de Porto Alegre. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A Ver.<sup>a</sup> Laura Sito está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/22.

**VEREADORA LAURA SITO (PT):** Muito bem Ver.<sup>a</sup> Mari, nem todo dia nós vemos aqui debate, elaboração, alguém da base do governo trazer uma posição com autonomia intelectual. Vários debates nós já tivemos muito ricos. Com a Ver.<sup>a</sup> Mari, já travei vários debates, e que bom que você e que também venho contribuir. Eu, obviamente, sou favorável ter um 4º Distrito que seja mais pujante, sustentável, bonito, tecnológico. A nossa divergência, ela se dá no método e na extensão de quem se beneficia com essas melhorias. Aqui nós temos presentes diversas ocupações, a ocupação Zumbi dos Palmares, o movimento Nacional de Luta pela moradia, estavam até há pouco aqui, os carrinheiros, que vivem no dia a dia na comunidade, que estão presentes naquela região da cidade. Então, eu quero saber a que ponto o projeto se relaciona com essas pessoas. O 4º Distrito também precisa de políticas de assistência, de inovação, de valorização da economia criativa, da cultura e da habitação. Eu me pergunto: onde está o mapeamento dos imóveis públicos para habitação de interesse social naquela região? Eu me pergunto como o projeto atenderá as pessoas em situação de rua ou as moradias precárias? Vinte e um por cento dos moradores da região moram em comunidades, é preciso que se diga, na verdade, o que se quer, e parece que o que se quer é a expulsão dessas pessoas para garantia de que aquele espaço seja dedicado à especulação imobiliária. Vejo aqui o vice-prefeito, que é um impulsionador da ideia de revitalização do 4º Distrito, e eu estendo a minha pergunta não só aos vereadores, mas também ao vice-prefeito: o que o projeto fala sobre as 14 comunidades que estão em situação irregular e que sofrem com a falta d'água? A receita tributária serve para atender à população, mas a Prefeitura vai mais uma vez abrir mão de recurso; considerando todos os anos, como bem aqui estava apresentando a Ver.<sup>a</sup> Mariana, são mais de R\$ 170 milhões em renúncia do IPTU, são R\$ 8 milhões em renúncia de ITBI, e quem se beneficia com isso? Ao beneficiar com isenção os empreendimentos privados que se adequem a esse programa, a Prefeitura está, na prática, transferindo recursos públicos para benefícios privados com melhoras de fachada. Para tu receberes esse benefício, tens que ter a capacidade de investir; quem tem a capacidade de investir para poder receber benefício? Porto Alegre pode mudar o nome, é a Porto Alegre das construtoras! Infelizmente esta cidade está sendo entregue, e agora, enquanto o debate nacional e estadual passa, querem aproveitar, na Câmara de Vereadores, para passar esse projeto do 4º Distrito, sem nenhum diálogo de fato com a comunidade que vai ser tão duramente atacada. Os benefícios desse projeto são irrestritos. Se fossem incentivos

aos pequenos empreendimentos, era uma outra discussão que nós estaríamos travando, mas, na verdade, não é. Vejam como o negócio é interessante para o empresário: ele qualifica os seus negócios, recebe a isenção de impostos e ainda valoriza o seu patrimônio com a especulação imobiliária; isso sem falar nos interesses de ampliação dos índices construtivos que constam nesse projeto. Qual é a cidade que nós estamos debatendo, qual é a cidade que nós estamos construindo aqui? E os recicladores, e os galpões? Deverão cumprir os mesmos requisitos apresentados para aqueles que vão se beneficiar com a especulação imobiliária? Para conviver, onde estiverem, a Prefeitura entende que essas pessoas prejudicam, portanto, a qualidade e a arquitetura daquele espaço - só posso pensar nisso.

Para concluir, eu penso o seguinte: e os outros locais da cidade? Pergunto aqui ao vice-prefeito que aqui estava. Aqui só discutirmos o centro, os interesses da especulação; como fica o investimento em outras áreas, como foi aqui bem apresentado: Restinga, Rubem Berta, Sarandi, Mario Quintana, Partenon, Glória enfim. Eu quero a Porto Alegre dos porto-alegrenses e das porto-alegrenses; eu não quero uma cidade da Melnick, eu não quero uma cidade que sirva aos interesses daqueles que querem maximizar o lucro se apossando do Estado e destruindo a vida das pessoas. Infelizmente, essa é a agenda que está em Porto Alegre. É a farra das construtoras, e me parece que tem gente que se elegeu, que foi para a Prefeitura e está ganhando muito com isso. Eu quero que a gente debata sobre isso.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/22.

**VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB):** Eu conheço esse grito choroso, eu conheço esse grito de dor, eu sei o que vocês estão passando, porque faz mais de 12 anos que iniciou o processo da Avenida Tronco, e nós não contamos com a solidariedade desse Parlamento. Porque até hoje nenhum dos moradores que foram para aluguel social, lá na Avenida Tronco, tem a sua casa garantida, como venderam um sonho. Eu sei que esse grito é dolorido, eu sei o quanto dói. A gente batalha muito tempo para ter a nossa moradia digna. Nós batalhamos muito tempo, mas isso é para vocês verem que este Parlamento não é sensível a dor de vocês. É importante, porque nós estamos passando por um período eleitoral, e muitos desses vereadores serão candidatos a deputado. A gente precisa estar atento. Foi nessa luta que eu me tornei vereadora. Foi na luta pela moradia, e é nesse sentido que eu uso esta tribuna de forma muito emocionada, porque é muito triste ver essas mulheres gritando, e é muito triste ver os vereadores fingindo que não ouvem, porque eles não passam, eles não sabem o que a gente vive, e não querem saber também. Não se comovem com o nosso cotidiano, porque dinheiro não falta, não falta dinheiro, não caíam nesse discursinho. Não falta dinheiro. Falta vontade de fazer. O prefeito Melo dizia que iria regularizar, mas a regularização está voltada para os grandes empreendimentos. Está aqui o vice-prefeito



Ricardo Gomes, comprometido com a especulação imobiliária da cidade; esses têm recurso. Infelizmente, quando nós falamos do 4º Distrito, nós não estamos falando das ocupações, dos mais de dois mil moradores e moradoras daquela região que não tem dignidade para morar, nós estamos falando da rota dos grandes empreendimentos, nós estamos falando desta cidade que vive de joelhos para a especulação imobiliária. Nós estamos falando deste Parlamento, que está de joelhos para a especulação imobiliária, que pactua com dinheiro para desoneração, porque, para desonerar a Fraport, tem dinheiro, pode fazer, mas para dar dinheiro para regularizar, dar moradia digna para o povo que trabalha todos os dias, para isso não tem dinheiro. Era isso que eu queria dizer para vocês. Esse é um período em que nós precisamos ficar atentos. Este projeto do 4º Distrito é uma enganação – é uma enganação –, porque entrega a cidade, entrega a cidade para os grandes, para esses que têm capacidade de comprar a cidade. Infelizmente nós somos os despossuídos né, nós não adquirimos patrimônio. Enquanto isso eles tiraram do nosso lombo muita grana, construíram os patrimônios, porque quem constrói somos nós. Não falta, gente, moradia para morar. Falta vontade do governo de fazer, porque o prefeito Melo acha difícil construir moradia popular, mas não acha difícil entregar prédio que foi ocupado para a população, não acha difícil, e nós vivenciamos o Saraí, aquele prédio que hoje está entregue para a especulação imobiliária, mas não está entregue para o povo que precisa morar. Tem moradia suficiente. O Centro está cheio, e eu me lembro do discurso do prefeito, eu me lembro do discurso do prefeito na eleição, e ele dizia que não faltava moradia. Não falta! Não falta empreendimento construído. Nós precisamos trazer a população para o Centro, e hoje nós estamos lá, urbanizando, e é isso o que este projeto quer, urbanizar para entregar. É dinheiro do povo sendo entregue para empreendimento de grande empresário. E precisamos jogar às claras, nós precisamos aqui é discutir abertamente. Nós sabemos que este Parlamento está entregue. Nós sabemos. Vocês sabem. A nossa base ela é definida; é só olhar as votações, mas nós precisamos também, nós precisamos corresponder, nós precisamos jogar às claras para o povo. Esta aqui não é a Casa do Povo! Isso é uma falácia. Isso é uma falácia, mas nós precisamos construir esta Casa do Povo, e é isso que a gente vem tentando fazer.

Até hoje a Av. Tronco está lá, cada vez mais sucateada. O prefeito foi lá roçar, há ali um canteiro de obras, mas não entrou dentro dos becos alagados pelas chuvas. É isso que nós precisamos discutir. Regularização para quem? Urbanização para quem? Até agora não foi para nós.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/22.

**VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Presidente Cecchim, cumprimentando V. Exa. cumprimento os demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, quero me manifestar com relação a esse projeto,

porque nós estamos aqui falando de uma área do território da cidade que tem uma potencialidade enorme. Primeiramente, Ver. João Bosco Vaz, me permita aqui fazer uma homenagem ao companheiro Mauro Zacher que foi um batalhador em favor do 4º Distrito e que hoje se encontra no oriente eterno, mas em todas as pautas, sempre que possível, o Ver. Ramiro Rosário também, protagonizou, a partir da Frente Parlamentar do 4º Distrito, inúmeras iniciativas que pudessem enfrentar a realidade de um espaço tão nobre da cidade, mas que a gente sabe que, muitas vezes, aos finais de semana, Ver. Cassiá, está ali ocupado, nas esquinas, por situações que não vêm nem ao caso aqui a gente mencionar, mas que realmente são áreas degradadas da cidade, num território da cidade muito bem posicionado. Nós estamos falando de um território da cidade que está a cinco minutos do aeroporto, a cinco minutos do Centro, a cinco minutos da rodoviária, com pelo menos duas estações de metrô, Ver.<sup>a</sup> Daiana. No 4º Distrito, a partir do segundo andar, quem reside no 4º Distrito tem vista para o Guaíba, Ver. Camozzato. Todas as linhas de ônibus, todas as linhas de lotação... Mas é verdade, Ver. Oliboni, que nós temos ali inúmeros loteamentos irregulares, vários loteamentos do PIEC, uma comunidade de catadores, muitas pessoas em vulnerabilidade social. Então, por que não fazer ali um encontro de interesses e, com inteligência, qualificar aquele espaço urbano? Eu era Presidente da Casa, o ano passado, o vice-prefeito Ricardo Gomes veio aqui conversar conosco e apresentou o projeto. Permitam-me também saudar o secretário Germano, que trabalhou conosco lá na secretaria do planejamento, que hoje é o secretário de meio ambiente. Quantas intervenções que o DEMHAB fez ali, as da entrada da cidade, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal. Quanto recurso foi investido ali para qualificar espaços urbanos de uso coletivo, quantas praças, o Conduto Forçado Álvaro Chaves, lá atrás, no prefeito Fogaça ainda, Ver. Cecchim. As pessoas andavam de caiaque ali na frente do Gondoleiros; é ou não é verdade? Aquilo ali, quando alargava vinha água na cintura. Então, nós precisamos tentar resgatar aquele espaço da cidade para que as pessoas possam viver ali, sim, com dignidade. E este é um projeto inteligente, ou nós vamos querer, Ver. Tessaro, com perdão da palavra, que o 4º Distrito continue sendo um prostíbulo ali, na Farrapos, nos finais de semana? Então, eu acho que nós temos que usar a inteligência, enxergar a oportunidade. Nós precisamos qualificar o território urbano da cidade, e o 4º Distrito merece toda atenção desta Casa. É um projeto inteligente, visa transformar aquela realidade. Tem patrimônio cultural edificado ali? Tem, mas não pode ser tudo no estado do jeito que está. É claro que nós não vamos permitir que se edifique um prédio do lado do Gasômetro, que vão ofuscar o Mercado Público ou a Catedral, mas não é assim tudo patrimônio cultural edificado. Tem que ter inteligência. Faz uma ocupação que possa enfrentar a realidade da preservação do patrimônio cultural, mas que também permita o comércio e a residência, como foi feito na Fiategi. Hoje, nós temos ali, inclusive, cervejarias. É uma região muito importante. Nós precisamos dar uma atenção nesse projeto, cuidar para não politizar. Esse é um projeto bom para cidade, é bom para as pessoas. Nós estamos aqui debatendo com a comunidade dos catadores, dos loteamentos irregulares, e nós precisamos de investimentos, sim, para quem mais precisa, para quem vive ali, para quem mora ali. Se alguém vai ter algum benefício, vamos reverter para ali, para quem está morando ali.

Então, contem com o nosso apoio. Esse é um projeto bom para a cidade, vamos debater com inteligência e com clareza. Vamos enfrentar o que que está escrito ali. Porque aquela realidade tem que mudar, mudar para melhor, e mudar para melhor para quem mais precisa. Contem comigo.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Registro as presenças do Sr. Ricardo Gomes, vice-prefeito, e do Sr. Germano Bremm, secretário da SMAMUS, e os convido a fazerem parte da Mesa.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Roberto Robaina. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/22.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB):** Presidente Cecchim, vice-prefeito Ricardo Gomes, meus caros colegas; eu faço uma pergunta ao Presidente Cecchim e ao nosso diretor legislativo Luiz Afonso, que conhece esta Casa muito bem. Quantas pessoas cabem nestas galerias? (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Cento e oitenta pessoas.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB):** Cento e oitenta pessoas. Peço aos colegas que olhem para as galerias e imaginem essas galerias lotadas. Coloquem mais 70 pessoas: 250 pessoas, 250 são os empregos diretos criados por apenas um empreendimento em andamento, neste momento, no 4º Distrito, na esquina da Almirante Tamandaré com a Voluntários da Pátria. Imaginem essas galerias lotadas e o corredor lotado de trabalhadores, pessoas que aplaudem a construção civil, pessoas que aplaudem um governo, uma cidade que olha para o desenvolvimento e a dignidade das pessoas. Isso numa primeira fase, porque esse mesmo empreendimento, se nós tivermos aqui a aprovação do programa +4D, na sua segunda fase, não vai gerar 250 empregos diretos, vai gerar 750 empregos diretos para quem mais precisa, para a população de baixa renda, para pessoas que também estão desesperadas como muitas de vocês aqui parecem estar, porque ouviram mentiras, porque mentiram para vocês. Tem muita gente desesperada, querendo que tenha oportunidade de emprego, querendo que tenha novas construções na cidade, para botar o pão na mesa da sua família. Mais do que isso: tem os pequenos empreendedores do nosso 4º Distrito, que, há tanto tempo, lutam e querem ver aquela região revitalizada, crescendo, com mais clientes, recebendo

não apenas moradores de Porto Alegre, mas também pessoas que venham visitar a nossa cidade e usufruir de muitas coisas importantes, maravilhosas que já estão acontecendo no 4º Distrito através das mãos da iniciativa privada. Não falo aqui como vereador, sendo o presidente da Frente Parlamentar do 4º Distrito, não; falo como um filho do 4º Distrito, um filho da região. Nasci e me criei na Av. Maranhão com a Av. Bahia, também saía de casa com água nas canelas para ir para o colégio quando ainda não tinha sido feito o Conduto Forçado Álvaro Chaves-Goethe, e quantas foram as melhorias ao longo dos últimos 30 anos, mas poucas ainda frente a tudo que nós podemos ver com um projeto dessa magnitude sendo aprovado. O 4º Distrito precisa, mas não apenas a região, a cidade de Porto Alegre e toda Região Metropolitana serão beneficiadas diretamente com o adensamento populacional, com investimento na mobilidade urbana, com investimento no embelezamento da região, com incentivo à criação de novas empresas para que a gente possa gerar emprego digno às pessoas, renda para as famílias e uma cidade melhor de se investir, viver e trabalhar. Por isso, prefeito, vice-prefeito Ricardo Gomes, também sendo relator na CCJ, propus aqui uma emenda para, em construção com o governo, e foi feita essa construção, e agradeço aqui a figura do vice-prefeito Ricardo Gomes, para que nós possamos fomentar ainda mais o desenvolvimento da região, com grandes empreendimentos e também a possibilidade de melhorias, de intervenções, inclusive, em imóveis privados da região. Eu agradeço muito a compreensão do governo, que a gente possa evoluir e dizer hoje “sim” ao 4º Distrito e à cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/22.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Muito obrigado, Presidente. Caros colegas, vou ser breve na minha manifestação. Eu acredito que esse projeto de revitalização do 4º Distrito traz dois grandes benefícios para a cidade: o primeiro deles é que ele cria precedentes positivos sobre o regramento urbanístico, que nós precisamos ter no resto da cidade também, não só questão de multifuncionalidade, rediscussão de limites de altura, adensamento, como também as contrapartidas exigidas, pelos critérios que os empreendedores adotam na sua aplicação ao programa 4D. Isso efetivamente faz com que a cidade não apenas tenha uma região que está hoje muito prejudicada, possa ser recuperada, como também ela seja recuperada de modo a oferecer melhor infraestrutura para sua cidade, para os seus cidadãos, possa reduzir o custo de moradia e o custo de locação de imóveis no Município, possa trazer vida e investimentos para nossa capital, e com isso nós possamos ter uma recuperação, inclusive de receita tributária, através da captação de novos investidores no nosso Município. Acho que é um passo importante que ditará os rumos pelos quais debateremos posteriormente o Plano Diretor. Nós precisamos ter uma cidade de multifuncionalidade de imóveis, onde morar e trabalhar possa ser no mesmo local, onde

se possa caminhar nas calçadas com segurança, onde os empreendimentos de bairro possam ter viabilidade econômica, onde a população mais pobre possa morar perto do seu trabalho e não ser expulsa do centro da cidade para região periférica. Isso é o que Porto Alegre faz hoje; nós não podemos mais dar as costas e fazer um *apartheid* social na nossa cidade com regulação urbanística; precisamos de uma cidade que abrace a todos, e os precedentes criados por esse projeto de revitalização dão condições de fazermos isso; portanto, é um projeto que ajuda o desenvolvimento econômico, ajuda o desenvolvimento social e coloca Porto Alegre para frente. Eu particularmente sou favorável, entendo que, tanto eu, quanto a Ver.<sup>a</sup> Mari, temos algumas discussões pequenas sobre algumas das regras, mas o projeto, sem dúvida, muda a cara de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir o PLCE n° 007/22.

**VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL):** Bom, primeiramente, ao Ver. Ramiro Rosário, que veio aqui dizer que as comunidades não entendem o que está sendo discutido, peço respeito aos movimentos de luta pela moradia, às comunidades que vivem a realidade do 4° Distrito. É muito fácil vir aqui na tribuna descrever os problemas, falar da situação que acontece lá, mas quem vive e está exigindo ter voz nessa discussão, tem que ser respeitado. E disso que nós estamos falando, tem problemas democráticos nessa discussão aqui, gravíssimos; o primeiro: novamente a Prefeitura de Porto Alegre desrespeita o Plano Diretor Ambiental da nossa cidade. Por que está tendo aquela exposição ali embaixo, propagação de informações nos jornais, nas redes sociais, de que agora começou a discussão do Plano Diretor, se ele está absolutamente fragmentado pela gestão Sebastião Melo, por quê? A cidade hoje está discutindo revitalizações na região central, enquanto as periferias estão completamente desassistidas. E os problemas só vão aumentar, só vou aumentar! Vejamos a tragédia que aconteceu essa semana na Zona Leste, no bairro São José, arroio Moinho, há mais de 40 anos esperando obra de drenagem, de revitalização urbana, na gestão Marchezan, que a maioria dos vereadores que estão aqui defendeu esse projeto, apoiou. Foram perdidos R\$ 122 milhões pela Prefeitura, que serviriam para fazer as obras daquele local. A tragédia que aconteceu vitimou um pai de família, Daner Silva, que salvou a sua família, mas não conseguiu se salvar, poderia ter sido evitada, se a Prefeitura olhasse para as comunidades. Já tem projeto pronto para resolver aquela situação. O dinheiro que está no caixa da Prefeitura poderia ter sido utilizado lá: R\$ 45 milhões já serviria para evitar uma tragédia dessas, mas, infelizmente, há uma inação quando o assunto é o cuidado com a periferia de Porto Alegre – essa é a grande questão.

Sobre o 4° Distrito, é óbvio que nós queremos a qualificação daquele território, não tenham dúvidas disso, mas, para vocês, o desenvolvimento é sinônimo de desigualdade, porque nós já temos experiências concretas aqui para comprovar que o

adensamento, muito falado, não inclui os moradores de periferia. E ali, naquela região, que tem cerca de 50 mil moradores, está concentrado uma grande parte da população de Porto Alegre que recebe menos de dois salários mínimos, uma população que trabalha em empregos informais, precários – esse é o povo que mora lá. E no projeto o que tem reservado para essas pessoas? Aonde está, no projeto do 4º Distrito, as moradias de interesse social, habitação popular? Ou vai acontecer a mesma coisa que nós vimos no Centro, onde um grande prédio, ali na Avenida Mauá, onde era ocupação Saraí, foi entregue para virar habitação da classe média, porque não queriam que a população pobre vivesse naquela região? Não venham aqui dizer, ou enganar o povo, porque o povo conhece, a gente tem na nossa história essa situação. Antigamente, na cidade de Porto Alegre, aonde estava concentrado o povo negro, o povo pobre trabalhador? Era na região central, a antiga colônia africana da cidade de Porto Alegre localizada onde hoje é o Moinhos de Vento, Mont’Serrat, Bom Fim, era ali que nós estávamos e fomos jogados para periferia de Porto Alegre. Esse projeto que vocês evocam hoje, infelizmente, trabalha na mesma linha, exatamente na mesma linha, porque se não tem garantia de habitação para as comunidades, de regularização para quem mora lá há muitos anos e vivencia a situação difícil desse território, o desenvolvimento que vocês estão propondo é desigualdade. Geração de emprego, nós queremos, de emprego de qualidade, digno para os trabalhadores com direitos adquiridos, com décimo terceiro salário, férias, condições para realmente estabelecer com dignidade na cidade de Porto Alegre. É óbvio que nós queremos que haja cultura nesse território, que haja expressões diversas que convivam com os moradores que há anos sofrem ali naquela região; agora, o que está sendo proposto aqui vai no sentido inverso. E é por isso que nós estamos fazendo um alerta, estão fazendo uma discussão acelerada que sequer passou pela Comissão de Habitação desta cidade. A Câmara de Vereadores de Porto Alegre tem uma comissão de urbanização, de habilitação, de transporte que não discutiu esse projeto Isso é um absurdo, revela os interesses que estão por trás disso, e é por isso que nosso alerta está aqui: não vamos cair nessa enganação que estão propondo, negando uma discussão participativa, um olhar para as comunidades de Porto Alegre em prol do interesse da especulação imobiliária.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/22.

**VEREADORA KARENS SANTOS (PSOL):** Boa tarde, colegas eu estou muito contemplada tanto pela intervenção da Ver.<sup>a</sup> Laura Sito e agora pela intervenção do Ver. Matheus Gomes. É importante a gente resgatar os 250 anos de história de remoções da cidade de Porto Alegre, ele colocou muito bem da antiga Ilhota, o que hoje é o bairro Monserrat; as emoções da Copa do Mundo na comunidade da Vila Cruzeiro. Ou seja, se desenvolve promovendo segregação. Porto Alegre é uma das cidades mais segregadas do Brasil em âmbito de raça e em âmbito de classe. Isso é um problema é

que esta Câmara nega veementemente, até porque não garantiu a presença, por exemplo, de indígenas e quilombolas na composição do Conselho de Habitação que vai gerir fundos importantes para pensar uma lógica de cidade que não seja criar grandes bolsões de miséria. A vereadora do NOVO colocou aqui que é na cidade do futuro, está péssimo viver em Porto Alegre, está péssimo, porque chove e inunda, faz calor e falta água, e aí não é uma exceção. Nós estamos falando dos bairros com maior quantidade de população da cidade, que é onde os que estão aqui não fisicamente, mas essas políticas desses partidos políticos que fizeram Porto Alegre estar difícil de viver, por que falta água, falta luz. Nesta semana eu estava na Ponta Grossa, e há 30 anos eles sofrem sem política de drenagem, sem política de asfaltamento. Existe projeto aprovado no OP, mas faltam em torno de R\$ 22 milhões para fazer o asfaltamento; falta projeto do DEMAÉ – que está sendo desmontado por esta Câmara de Vereadores – para ter também iniciativa para resolver a questão da drenagem. Então tem consequência o que os senhores e as senhoras votam aqui nesta Casa. Se hoje, em cada esquina da cidade que a gente vai, tem pessoas vendendo bala e pedindo dinheiro, tem consequência o que vocês estão votando aqui na cidade. Essa política tem consequências, e vir me dizer que tu vais gerar emprego, Ver. Ramiro, convido o senhor a conversar com os peões da obra da Av. José do Patrocínio esquina com a Rua da República, por que tu vais ver, pelo sotaque e por eles não terem uma bota para colocar no pé no dia frio, que eles não são da região sul, ou seja, o setor da construção civil está indo pegar força de trabalho precária e barata nas regiões norte e nordeste então não vai gerar emprego para o povo porto-alegrense, não vai gerar emprego para o Rio Grande do Sul, como esse barrista ridículo é sempre apresentado aqui. Como aconteceu também na construção da Ponta do Arado em que a população achou: “Não, vamos construir porque isso vai gerar progresso, isso vai gerar emprego.” É só perguntar quem é que trabalha nesses postos de trabalho? É uma galera que vem de outras regiões do Brasil se submeter a um trabalho análogo à escravidão. Então é disso que nós estamos falando, por trás de cada discurso bonito tem uma prática racista, elitista que favorece quem já tem condições de competir num sistema capitalista extremamente desigual, que produz desigualdade e miséria o tempo inteiro. Então o que a população, o que os movimentos sociais estão reivindicando aos senhores e às senhoras é que consigam pensar uma lógica de desenvolvimento social de Porto Alegre nesses 250 anos que não reproduza a tragédia que nos trouxe até aqui. Queremos uma cidade bonita, uma cidade tecnológica, mas eu quero isso lá na Mapa, eu quero isso lá no Rincão, eu quero estar na Ponta Grossa, eu quero isso em Lajeado, ou melhor, se vocês falarem para nós, pelo amor de Deus, quantos imóveis vazios a gente tem neste Município, quem sabe a gente consiga pensar uma política de regularização fundiária que traga de novo essas comunidades para o Centro, porque isso é uma caixa preta. O Município não sabe quantos imóveis ociosos tem, não existe. E a gente não quer só debater os imóveis ociosos do Município, mas do Estado, da União e da iniciativa privada, porque nessa crise as grandes construtoras estão investindo em imóvel para render o seu dinheiro, não para a política de moradia, Camozzato. Então isso também tem que estar no jogo. Quando eu entrei aqui, para concluir, nesta Câmara de Vereadores, os maiores devedores de IPTU do Município de

Porto Alegre eram do setor imobiliário, em 2019, quando entrei nessa câmara. Os maiores devedores do ISS eram do setor financeiro, eram os grandes bancos. E esse dinheiro está nos fazendo falta, que paguem essas contas, que paguem essas dívidas, que a gente, de fato, consiga ter esses recursos à disposição de quem quer morar e de quem, de fato, contribuir para o município ter um espaço mais democrático e mais digno. É isto que a gente está debatendo aqui: dignidade para a maioria da população e não para quem só vive do lucro e que tem dinheiro para viver nesses espaços.

(Não revisado pela oradora)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Solicito que o diretor legislativo apregoe as proposições recebidas.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo a Emenda nº 02, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, ao PLCE nº 007/22.

Apregoo requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 02 ao PLCE nº 007/22.

Apregoo as Emendas nºs 03 e 04, de autoria do Ver. Airton Ferronato, ao PLCE nº 007/22.

Apregoo as Emendas nºs 05 e 06, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, ao PLCE nº 007/22.

Apregoo requerimento de autoria da Ver. Aldacir Oliboni, deferido pela presidência, solicitando que sejam votadas em destaque as Emenda nºs 05 e 06 ao PLCE nº 007/22.

Apregoo as Emendas nºs 07 e 08, de autoria do Ver. Pedro Ruas, ao PLCE nº 007/22.

Apregoo requerimento de autoria da Ver. Pedro Ruas, deferido pela presidência, solicitando que sejam votadas em destaque as Emenda nºs 07 e 08 ao PLCE nº 007/22.

Apregoo as Emendas nºs 09 e 10, de autoria do Ver. Leonel Radde, ao PLCE nº 007/22.

Apregoo requerimento de autoria da Ver. Leonel Radde, deferido pela presidência, solicitando que sejam votadas em destaque as Emenda nºs 09 e 10 ao PLCE nº 007/22.

Apregoo requerimento, de autoria da Ver. Leonel Radde, deferido pela presidência, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 09 ao PLCE nº 007/22.

Apregoo as Emendas nºs 11 e 12, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos e da Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues, ao PLCE nº 007/22.

Apregoo a Subemenda nº 1, de autoria do Ver. Leone Radde, à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 007/22.



Apregoo requerimento de autoria da Ver. Leonel Radde, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 1 à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 007/22.

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do vereador Márcio Bins Ely, ao PLCE nº 007/22.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/22.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Obrigado, Presidente Cecchim. Eu considero que o 4º Distrito, essa região de Porto Alegre, do ponto de vista de uma análise de perspectivas de investimento capitalista, de fato, é uma região que talvez seja a que tem mais potencial de desenvolvimento. Eu acredito nisso. Olhando a cidade, e por isso inclusive eu não concordo até com a ideia... O raciocínio da Mari é mais isenção fiscal para que se tenha, quem sabe, mais desenvolvimento no conjunto da cidade. Eu não acho que o Estado possa conviver com isenção fiscal o tempo inteiro, porque o Estado precisa arrecadar para poder, em tese, infelizmente a gente sabe que não temos um Estado que faz isso, mas em tese teria que arrecadar para investir na saúde, na educação pública, na infraestrutura. Só que não é viável, portanto, não ter política fiscal. Renúncia fiscal é algo complicado, porque tu, justamente, deixas de arrecadar. Mas eu até aceito que nós tenhamos, como exceção, renúncia fiscal, para que se tenha desenvolvimento. Não é esse o debate. Neste caso específico do 4º Distrito não é esse o debate. Isso tem muita importância, nós poderíamos recusar a ideia de renúncia fiscal - poderíamos recusar a ideia de renúncia fiscal! - porque a renúncia fiscal deve ser medida muito bem, mas eu reconheço que essa é uma região onde o capitalismo tem alguma chance de se desenvolver, embora nós tenhamos um capitalismo parasitário, que inclusive, na área imobiliária, não constrói para moradia, nem mesmo da classe média às vezes, mas simplesmente para especular e para esperar que aquele território se valorize para que ele, na verdade, tenha rendimento de capital.

O que está em discussão aqui – isso, sim, está em discussão - é que aqueles vereadores e o governo quando pensam o 4º Distrito - porque tem a rodoviária, tem o aeroporto, tem a Arena -, então, quem sabe, ali pode ter um lugar de desenvolvimento do capitalismo, mas jamais pensam nas pessoas que moram no 4º Distrito, que não têm regularização, que não têm moradia digna, que não têm emprego. Nunca tem um projeto que integre essas pessoas! Quer um desenvolvimento capitalista que exclua sempre! E é esse o debate. E a natureza das nossas emendas são todas essas. Eu vou dizer para vocês: se as nossas emendas fossem aprovadas, nós seríamos os primeiros a defender o projeto do 4º distrito com isenção fiscal para que haja investimento capitalista nessa região, que se construa, sim, que os capitalistas lucrem. Mas sempre é pensando só no lucro dos capitalistas, jamais nas pessoas pobres, jamais nas pessoas que tem moradia... Nós fizemos emendas básicas aqui: uma das nossas emendas é a reivindicação de técnicos para que se possa adequar as moradias que estão inadequadas. Outra das emendas que nós temos é a de que os imóveis públicos localizados na área de

abrangência do programa do 4º distrito que estejam ocupadas por população de baixa renda sejam prioridades para inclusão no atendimento da demanda habitacional prioritária do Reurb, a fim de possibilitar acesso a todos os serviços públicos essenciais. Todas as nossas emendas têm essa natureza. Ou também que haja incentivo de construção de moradias nas imediações de equipamentos públicos. Finalmente, que o Fundo Municipal de Gestão de Territórios não fique com todos os recursos, que uma parte dos recursos seja destinada para que nós possamos ter a execução de um programa que seja um programa de habitação. A Secretaria de Habitação de Porto Alegre está na ruína, não tem verba para nada. Se nós chamássemos o secretário para depor aqui, ele diria isso: “Vamos equipar, vamos dar algum recurso para a Secretaria de Habitação”. Não é possível que Porto Alegre não tenha uma política sequer de habitação popular. Então que se pense o 4º distrito. Eu entendo que o Ricardo Gomes pense o 4º distrito, ele está na função dele, ele é o representante de interesses empresariais, mas eu não sou, e a Câmara do Município é uma complexidade, é uma unidade de diversas posições. Eu quero, sim, representar os que moram e os que não têm direito a morar no 4º distrito, não apenas os interesses empresariais. Nós estamos numa cidade onde o desenvolvimento é inevitavelmente capitalista, é verdade, mas não precisamos ter, necessariamente, a não ser que nós tenhamos vereadores que só pensem nos capitalistas, nós não precisamos, inevitavelmente, excluir o povo sempre, como é a política de vocês. Então pensem um pouco em como nós vamos integrar. Leiam as nossas emendas pelo menos, e vejam o que vocês podem incorporar, e se vocês não podem incorporar nada, nós, sim, não temos negociação de nada, e quando nós tivermos força, nós vamos virar a mesa, evidentemente que nós vamos, mesmo que a gente não ganhe hoje. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Encerrada a discussão. Vamos iniciar a votação das emendas.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Nobre Presidente, saúdo aqui o nobre vice-prefeito, colega vereador; o secretário. O nobre Ver. Janta falou, no início da sessão, quando fez a mudança da priorização no projeto de lei, e por ele nós faríamos a discussão hoje e não no adiantado da hora. Já são 19h, tenham a sensibilidade de a gente continuar num outro dia, porque são muitas emendas – são 11, 12 emendas -, nós iremos até tarde da noite. E acho que não há por que ter esse tropeço de querer. Acho que o governo tem sua posição, para percebemos, enfim, fica difícil para nós. Nós vamos disputar as emendas, mas acho que é importante a comunidade estar aqui, muitas famílias com crianças, são 19h, e eles pediram, então, para deixar para uma outra ocasião.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Vossa Excelência me ajude, a nossa projeção é de terminar em torno da meia-noite. Com todas essas emendas, nós temos até a meia-noite para discutir. Pois não, Ver. Claudio Janta.

**Vereador Claudio Janta (SD):** Sr. Presidente, nós reafirmamos a posição da base do governo de votar hoje o projeto. Já cancelamos todas as nossas agendas que tínhamos e estamos com uma boa parte da Câmara *on-line*, então, estamos aptos a votar.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Muito obrigado, Ver. Janta. Em votação da Subemenda nº 01, destacada, à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 007/22.

Consulto as Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, já que quase se sabe o resultado das votações, segundo o vereador disse, se nós poderíamos fazer um bloco de todas essas emendas da oposição, para não perdermos muito tempo.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Presidente, é o contrário: nós queremos discutir uma a uma, serão quatro discussões, no mínimo, de cada emenda. Nós temos que tentar convencer o governo, que não está sensível ao diálogo, não foi aceita nenhuma emenda. Pedimos, inclusive, no início da discussão, um tempo para gente conversar, para, pelo menos, aceitar algumas das emendas. Nós temos uma justificativa muito concreta sobre isso, há uma inconstitucionalidade no encaminhamento da Mensagem Retificativa. Nós fizemos requerimento aqui, pedimos o parecer da Procuradoria, não foi dado. O governo corre o risco de ter anulado todo esse processo. Por isso é importante nós discutirmos.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A Procuradoria tem horário de expediente, vereador, no momento, ela não está. Estou sendo informado aqui que você fez audiência pública, inclusive, do substitutivo.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Só para informar que, a cada tentativa de atrasar, mais tempo vamos demorar. O pessoal que está ali para assistir não vai conseguir ficar até o fim. Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores que estão nos gabinetes, nós estamos com a sessão em andamento – quem está *on-line* também.

Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) 21 vereadores registraram suas presenças. Há quórum.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Está apregoada para votação a Subemenda nº 01, destacada, à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 007/22.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Nobre diretor, a Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa do que trata?

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** De quem é a emenda?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** A Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa tem como autores os vereadores Leonel Radde, Laura Sito, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Roberto Robaina e Daiana Santos.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Eu gostaria muito de ler, vereador, mas V. Exa., que é o autor, não sabe a emenda, como é que a população vai saber?

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** É porque a mensagem retificativa, para nós, veio intempestivamente, não observou os prazos legais, por isso nós queremos que se esclareça a leitura da mensagem. Embora vá demorar, é importante que as pessoas fiquem sabendo o que nós estamos colocando no papel sobre a subemenda à mensagem de retificativa. É a justificativa da qual nós achamos a inconstitucionalidade da mensagem.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O senhor confessa que fez uma subemenda numa ilegalidade.

**Vereador Claudio Janta (SD):** Eu ia dizer isso: apresenta uma subemenda em algo que não leu, algo tem o parecer da CCJ, em que seu representante votou contra. Então, se a oposição quer fazer esse jogo, nós vamos fazer. Agora, é estranho um vereador que não está presente falar aqui no microfone, porque o Ver. Oliboni não deu presença para garantir o quórum, então ele não estaria presente na sessão.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Agradeço. O pedido do Ver. Oliboni não está valendo. O Ver. Jonas está presente? Quem está presente fala; quem não está não tem microfone, lógico.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 01, destacada, à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 007/22.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha esse debate, as galerias, trabalhadoras, trabalhadores que aqui estão, vocês viram: o governo não tem condições de sustentar o seu projeto. É o projeto que vem com discurso transformador. Dizem que vão fazer e acontecer, que a coisa vai surgir e que o 4º Distrito vai ser um paraíso! Eles vêm vender isso aqui para nós, que o 4º Distrito vai ser a maravilha de Porto Alegre! Que ali sim vai ter o desenvolvimento, que ali vai brotar dinheiro, vai jorrar dinheiro nas calçadas, dos empreendimentos, maravilhas

internacionais virão! Teve um vereador que veio aqui e disse que vai gerar empregos, vai gerar políticas; é o mesmo discurso que o partido dele utilizou, o discurso vergonhoso para defender no Congresso Nacional a reforma trabalhista. Eles disseram: façamos a reforma trabalhista e surgirão os empregos; e veio a onda avassaladora do desemprego, que tem o seu dedo, o seu dedo neoliberal tem nisso, da sua turma, do seu partido, partideco, porque não cuida das pessoas do 4º Distrito, e as pessoas precisam de cuidado, precisam de educação, precisam de direitos sociais robustos, não precisam de higienização que a sua turma fazia, a sua turma fazia, a turma do Júnior, que não trabalhava, que vocês passavam para cima e para baixo nesta cidade arrotando desenvolvimento e sequer foi para o 2º turno; sequer foi para o 2º turno, e agora vem aqui dizer que o projeto do Melo, o Melo vai desenvolver. O Melo nem está aqui. O Melo nem está aqui. O Melo está de assessor neste projeto. Este projeto é do Ricardo. O Melo está de assessor. O Melo nem entende, nem sabe. O Melo não conhece as quadras do 4º Distrito, da Farrapos, do Humaitá, do São Geraldo; ele não anda por lá, porque o Melo vira as costas para a população. Lá, a Ponta Grossa, que foi para a rua pedindo saneamento, ele manda aqui, ele manda aqui devolver o dinheiro dos impostos, que é para não fazer saneamento nos morros, que é para mais mortes acontecerem. Essa é a tragédia anunciada: mais pessoas morrerão em outras tempestades, porque falta saneamento na cidade, e o prefeito manda para cá o o projeto. Não precisa de dinheiro público! Não precisa de dinheiro público, prefeito? Então por que que o senhor gasta diárias indo a Brasília para pedir dinheiro para os ministérios, como esta semana. Esta semana ele chamou a bancada federal e pediu: “Bancada federal, por favor, apórtem recursos para a habitação perto da ponte”. Ele tinha R\$ 37 milhões do caixa da Secretaria de Habitação no ano passado, e o secretário André não conseguiu implementar, devolveu R\$ 30 milhões para o caixa único da Prefeitura, porque o prefeito não faz concurso, não tem técnicos. Então, o projeto é bonito, mas é potoqueiro; é, sim, bem mentiroso, porque não vai conseguir implementar nem no seu governo nem em outro, porque, na verdade, é o mundo de fantasias, porque sequer os problemas pequenos o prefeito não resolve; faltam 200 professores, em agosto, nas escolas, e ele não consegue colocar professores; faltam 40 professores de SIR; claro, o senhor não sabe o que é a SIR, não sabe por que não entende de política pública, e grita, grita. Pode gritar! Grite bastante, neoliberal! Grite bastante, mas o povo, o povo o senhor não quer que grite. Agora eu digo o seguinte: prefeito Melo, que vergonha, que vergonha, o senhor caminhou na eleição, prometeu moradia e, até agora, não tem um projeto de habitação de interesse social; são 60 mil famílias nesta Capital que precisam de moradia, porque moram precariamente, e o prefeito agora resolveu que isenção de impostos é a ordem do dia. Este prefeito não serve a esta cidade. Não serve ao povo trabalhador. Por isso nós vamos contra, contra este projeto e a favor desta subemenda.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Claudio Janta, a Subemenda nº 01, destacada, à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 007/22.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Após a apuração nominal.)

Sr. Presidente, são 11 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): REJEITADA** a Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa nº 01.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 007/22. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Boa tarde, colegas vereadores, boa noite já - a sessão que se estende devido à importância deste debate. Nós estamos debatendo um Plano Diretor diferente para uma região da cidade, nós estamos debatendo desenvolvimento, mas nós estamos debatendo também isenção fiscal. E é sobre isto que fala a minha emenda, sobre estarmos avaliando uma política de isenção fiscal, porque estamos direcionando uma política para uma região da cidade. Nós estamos falando do futuro do 4º Distrito ou do futuro de Porto Alegre? Nós poderíamos estar debatendo aqui com qualquer empreendedor da cidade, quando investir no seu negócio, poderia ter redução de impostos, mas a gente está direcionando a uma parcela, a uma localidade da nossa cidade. A gente está falando que cada novo morador poderia ter também um benefício do IPTU; afinal, são 15 anos que os moradores novos do 4º Distrito estarão com essa benesse fiscal. Em compensação, o novo morador da Restinga não terá, o novo morador do Rubem Berta, do Sarandí não terá. Eu trago esse debate aqui para a Câmara de Vereadores, porque o que faz diferente o empreendedor do Super Kan, que é o mercado novo lá na Restinga, na Av. Economista Nilo Wulff, que não temos problemas lá de inundação. Nós temos os mesmos problemas de educação que nós temos na micro 1, que nós sabemos que é uma micro que carece muito do Conselho Tutelar, nós temos também na Restinga. A gente tem falta de professores, temos também na Farrapos, na Restinga. Nós temos falta de vaga na escola, temos nos dois lugares. Então, eu trago aqui o debate de quando estamos fazendo uma política direcionada só para a região da cidade, sem podermos avaliar realmente o impacto. Afinal, nós estamos trazendo novos investimentos para cidade, que já estariam na cidade, mas em outra região, ou nós estamos simplesmente usando o mesmo cobertor. Às vezes, a gente usa o cobertor, puxa ele para cima e deixa os pés de fora, e é essa a dúvida que fica nesse projeto. Por isso, eu considero importantíssimo a gente avaliar esse projeto nos próximos três anos. Porque nós estamos falando de 15 anos, nós estamos deixando esse passivo para os próximos três prefeitos de Porto Alegre, nós estamos dizendo que o Prefeito de 2036, que pode ser qualquer um de nós aqui estará pagando essa conta, e poderá abrir mão de beneficiar

outra região da cidade, ou outra política pública, por uma situação que a gente votou no dia de hoje, sem poder avaliar. Por isso que eu reforço: hoje, o Município de Porto Alegre não avalia política pública com base em resultados. Nós não temos como avaliar, já foi consultada a prefeitura, e a justificativa está na Procempa. Enquanto não tivermos capacidade de avaliar, enquanto não trouxermos a capacidade do público, da população de Porto Alegre, avaliar, trazer transparência, eu considero importante a gente ter prazos menores, para conseguirmos trazer o máximo de transparência para nossa população. Eu encerro, solicitando os votos necessários à minha emenda, tendo em vista a importância desse debate para nossa cidade. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 007/22.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha esse debate, é muito importante lembrar um pouco da história de Porto Alegre, da Constituição do nosso Município, e o 4º Distrito tem uma contribuição enorme nisso, apesar de, por muito tempo, ter sido esquecido. Isso também tem a ver com a desindustrialização nesse país, e, conseqüentemente, dessa cidade. Ali, muitas indústrias se instalaram, e, por consequência, criou-se comunidades operárias, vilas operárias - assim se chama no popular. Mas, conforme a chamada economia foi se movimentando na cidade, essa industrialização foi caindo e aquela zona foi ficando cada vez mais pauperizada, por conta da perda dessa materialidade de emprego, e a gente chega na situação que está hoje, por conta, justamente, dessa competição escandalosa do capital, que, muitas vezes, deixa as cidades reféns de algo externo, e não conseguem lidar, e não querem lidar, com problemas sociais. O problema do desemprego, como disse alguém que me antecedeu, aqui, já faz um tempo, nessa tribuna, disse que é só botar a empresa e vai gerar emprego. Não, emprego temporário nós não queremos, nós queremos emprego de qualidade e permanente, e esse projeto não prevê uma reindustrialização desse perímetro. Esse projeto sequer dialoga com a discussão do Plano Diretor, que deveria propor também para a cidade, que é uma cidade que tem muito, que brota dela, mas a gente não acolhe, para ser um polo turístico, um polo cultural e gerar empregos permanentes, uma outra lógica econômica. As pessoas se rendem à mera especulação imobiliária momentânea, que, no futuro... Sabe, hoje nós somos vereadores, daqui a 20 anos, não seremos mais provavelmente. E nós vamos olhar para trás e ver esse projetinho de nada, de nada, que é um paliativo para amigos do momento, amigos de alguns políticos. Não dá para pensar assim uma cidade, temos que pensar um projeto de futuro real, não dá mais para a política ser de curto prazo, não dá mais para a política de governo. Isso aqui é a marca do que é uma política de governo, não é uma política de Estado, quando nega a discussão do Plano Diretor como um todo. Nós temos que pensar, a vereadora falou muito bem, por que não aos outros que moram e produzem na cidade? Por que só uma pequena fração? Quem decidiu isso, quem inventou, quem fez o

*lobby*? Isso está tudo escondido, isso não está revelado. Eu gostaria de saber o que nos bastidores da política aconteceu, eu queria ser uma mosquinha que voasse por aí e que pudesse ficar lá no Paço Municipal, para ouvir as visitas dos poderosos lá, para ver o que é que eles oferecem, o que é que eles propõem para cidade. Eu sei que, na Restinga, tem quatro mil vagas faltando de ensino fundamental e educação infantil, e esse projeto não vai trazer essas vagas para as crianças, não vai deixar as mães da Restinga, por exemplo, trabalharem. Esse projeto não vai trazer desenvolvimento para 90 bairros. Nós estamos deixando de discutir 90 bairros nesta cidade, nós estamos discutindo alguns, está invertido isso, prefeito Melo, o senhor está equivocando. O senhor deveria recobrar o sentido da política que deveria ser para todas e todos. O senhor disse isso na campanha e agora aqui trabalha uma fração apenas da cidade, e já se passaram quase dois anos. Por isso o senhor se equivoca, vira as costas para a maioria da população. E essa emenda, claro, ela pode ajudar isso, ela pode ajudar a não deixar essa carta em branco, ser preenchida pelo prefeito Melo. Nós temos que ter responsabilidade com políticas de Estado, é isso que eu defendo, e não política de governo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Obrigado, Ver. Jonas Reis. Hoje eu posso contar em casa que o Ver. Jonas Reis e a Mari Pimentel concordaram. Estão defendendo a mesma coisa. Desculpem a brincadeira.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 007/22.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Após a apuração nominal.) Sr. Presidente, 12 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): REJEITADA** a Emenda nº 02 ao PLCE nº 007/22. Parabéns, Ver.<sup>a</sup> Mari, pela coragem.

Em votação a Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 007/22. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo o Presidente, colegas vereadores, comunidade que está acompanhando nossa sessão, a Emenda nº 05, se os vereadores têm lembrança do que nós votamos na Casa, nobre Presidente, vereador líder do governo, de quem era a autoria do projeto de lei que não se poderia construir empreendimentos ligados à questão de alimentos e gêneros, acima de 2.600 metros? De quem era o projeto que votamos não faz 30 dias? De um grupo de vereadores, inclusive o Mauro retirou porque ele é um empreendedor dos pequenos empreendedores dessa área de alimentos. Esta emenda repõe o que foi aprovado naquele projeto de lei. Olha a incoerência, os atores aprovaram, inclusive por unanimidade se não me engano, aqui na Casa, há poucos dias, 30 dias, nobre vice-prefeito. Se não me engano o prefeito já sancionou essa lei – Ver. Janta, está lembrado, dos supermercados? Pois então, aqui



nessa região vai prevalecer diferente, nessa região do 4º distrito? Vocês estão negociando com quem lá? Qual é o grande empreendedor que vai colocar o empreendimento dessa natureza? Aí não dá né, tche! Ou... mas é isso, temos que ter cuidado porque aprovamos uma lei há poucos dias... Não, retiro a palavra “negociando”, mas me parece que aqui está claro e preciso. Não, pessoal, vamos manter o direito da minha fala aqui! Não, retiro “negociando”, mas dá uma impressão de que aqui vocês estão direcionando para alguém.

(Aparte antirregimental.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Vereador, o senhor está... Só um pouquinho, o vereador acabou de dizer que retira para negociar.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Se vocês não estão negociando, então, eu estou equivocado. Mas é lamentável que, numa modificação do Plano Diretor, em algumas regiões vai prevalecer esse tipo de empreendimento e, em outras, não! Então, é um equívoco extraordinário: nós votamos uma lei não faz 30 dias, impedindo que se construa, na cidade, secretário, empreendimentos ligados à alimentação e gêneros acima de 2,6 mil metros, agora, no 4º Distrito vai permitir, é sobre isso que eu estou me referindo. Então, nós estamos perdendo tempo, votamos uma lei há poucos dias e agora estamos revogando aquela lei, porque, no projeto original do Plano Diretor do 4º Distrito, vai poder fazer, é isso que estou dizendo. Então, nobre Ver. Janta, olha só, vamos ter cuidado. A gente não pode aqui, enquanto Câmara e vereadores, tentar direcionar, é isso que eu estou me referindo, alguém que tenta pressionar o governo. O governo tem que ter autonomia, o governo tem que perceber que tem que cumprir a própria lei que sancionou. E, neste caso, está revogando não faz 30 dias – essa é a verdade!

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 007/22.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** A população de Porto Alegre que acompanha este debate vai até achar esquisito porque o governo não sobe aqui. O governo não quer explicar para a população, não quer deixar registrado nos anais, nenhum vereador do governo está tendo essa coragem, de colocar o seu nome aqui, de falar sobre o projeto. Eu não sei se conhecem o projeto ou estão votando porque não conhecem, a liderança do governo orientou para votarem. Mas eu fico preocupado! Por que duas medidas? Por que dois pesos sempre? Por que votamos aqui, no outro momento, um projeto que rejeitamos por 27 votos, e, agora, milagrosamente, ali pode! E aí o vereador que nos antecedeu fez um questionamento que eu faço também: Sentaram com quem? Não sentaram? Sentaram ou não sentaram? Alguém sentou? Se

sentou, onde sentou? E onde sentou, sentou por quê? Será que sentaram? A pergunta é essa. Quem sentou com quem, onde e por quê? E aí vem esse artigo no projeto de lei. Alguém tem que vir aqui responder essas perguntas. Bom, podem não responder, eu já fiz várias perguntas aqui nessa tribuna e nunca foram respondidas. Muita gente se fez de desentendida, pegou o celular, ficou ali respondendo WhatsApp da população que é importante receber e responder, acho importante, sim, mas é importante também exercer esse dever de tribuna, de trazer a sua palavra, a sua voz, a sua compreensão, o seu entendimento sobre a coisa pública. Será há tem essa preocupação com a coisa pública? Porque aqui é a coisa pública, é o dinheiro público. E numa região pode, na outra não pode. E aí quero também, aproveitando o ensejo, lembrar que mais de 20% da população dessa comunidade é uma população extremamente carente, e até agora eu não vi nada nessa cidade para a população carente de várias zonas, nenhum projeto concreto, robusto. Não sei por que o secretário Léo Voight deveria estar aqui. Não tem pobreza ali? Não tem desemprego, miséria, fome? Não tem - como tem em toda a cidade - drogadição? É um problema que precisa ser discutido, uma questão de saúde pública. Eu fico triste com a ausência desse secretário aqui em particular, parece que o debate é só empreendedorismo, que bota lá dá isenção e tudo vai milagrosamente acontecer. Eu me preocupo com as pessoas que se equivocam, mas eu quero dizer que nós, da Frente Popular, durante 16 anos, ali fizemos para a população mais carente, muitos loteamentos: Loteamento Bela Vista, Vila Tecnológica, Vila Pampa, Vila Santa Terezinha, enfim, tantos outros, moradias, o PT fez! O PT, quando esteve à frente da Prefeitura de Porto Alegre, fez habitação de interesse social. Ao todo, 16 anos, nós fizemos mais de 16 mil entregas nesta cidade. Pessoas que não tinham onde morar ou moravam precariamente receberam a chave da felicidade. Porque ter a sua casa é ser feliz. O PT fez por quem precisava, por quem mais precisava, claro, pode ser que vários precisem, mas aqui parece que nesse projeto só os poderosos precisam, só eles têm espaço com prefeito Melo, só eles podem sentar e dizer o que deve ser feito com dinheiro público. Como vergonhosamente – eu votei contra aqui nessa Casa noutro dia – a isenção de mais de R\$ 60 milhões para Fraport, uma empresa da Espanha com faturamento milionário de 3 bilhões de euros no ano de 2021. Ela ganhou, levou mais de 60 milhões do caixa da Prefeitura de barbada. Que beleza, hein? Que força, que potência os poderosos têm que calam esta Casa, mas não calam a esquerda, não calam o PT por que nós viremos aqui sempre que for necessário para recobrar a verdade. Nós, quando fazemos, fazemos e conversamos com a população e muitos querem fazer na calada da noite, e isso é inaceitável.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O líder da oposição, o líder do governo e o vice-prefeito estão discutindo. (Pausa.) Chegamos a um bom acordo, só vamos encaminhar, e o governo não vai discutir. Obrigado, líder.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 007/22.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Após a apuração nominal.) Sr. Presidente, são 11 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): REJEITADA** a Emenda nº 05 ao PLCE nº 007/22.

**Vereador Claudio Janta (SD):** Sr. Presidente, querendo fugir um pouquinho do projeto importantíssimo que nós estamos votando, o +4D, como líder do governo, fui incumbido pelo prefeito de fazer um comunicado aqui na Casa, que o prefeito protocolou um projeto revogando todas as multas que foram aplicadas no período da pandemia na cidade de Porto Alegre a todos os empreendedores, a todas as pessoas. Então este projeto foi protocolado nesta Casa, ajudando toda a população, desde os recicladores, a donos de empresas, de comércio, restaurantes, bares.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Essa é uma grande notícia. Obrigado pela notícia, líder do governo. Isso serve a todos, vereadores. Os 36 vereadores concordam com essa tomada de decisão do senhor prefeito.

Em votação a Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 007/22. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Nobre Presidente Cecchim, obrigado pelo espaço da palavra para podermos discutir. Nós precisamos, pormenorizadamente, compreender que o conteúdo deste projeto precisa dessas emendas. Não é só desta. Eu venho aqui, com muita tranquilidade, conversar com vocês - que estão atentamente no *on-line* e no presencial - com relação a essa construção que Porto Alegre precisa ter, mas do jeito que está o projeto não ajuda. Sem as emendas, a condição, por exemplo, de habitação das pessoas mais pobres não muda; a condição econômica dos que precisam de trabalho e renda não se modifica. E eu fico preocupadíssimo com o desmonte que foi feito nos últimos períodos, e particularmente aí está um dos x da questão: o governo anterior amordaçou a secretaria - que não era secretaria, era Departamento de Habitação - muita gente se aposentou e não foram repostos aqueles cargos, vários cargos: engenheiro, arquiteto, técnicos, e a força laboral da Secretaria de Habitação hoje é restrita, e eu me preocupo porque esta crise econômica estabelecida nacionalmente pela inoperância e incapacidade dos gestores públicos, de olhar para o desenvolvimento econômico e social... Nós ficamos olhando para Porto Alegre, que está no meio desse furacão, está no meio desse furacão e não consegue garantir... Reitero o que falei aqui anteriormente: 60 mil famílias precisam de habitação de interesse social. Essa emenda fala disso. A redução do déficit habitacional nesta cidade tem que ser um compromisso de todas e todos, sem exceção. E quero fazer uma crítica ao bônus moradia: o bônus moradia não é boa política habitacional porque não vem com ele saúde, não vem com ele educação, não vem com ele assistência social, não vem saúde, não vem nada. O bônus moradia é um dinheiro que larga na mão da pessoa e tchau-tchau, a pessoa tem que se virar, e não acha moradia, muitas vezes, por aquele valor, na região onde

morava. Aí acontece o que a gente tem que combater: a higienização social. Esse projeto está carente sabe do quê, vereadoras e vereadores, de pensar habitação local para as pessoas que ali estão, e não trocar o público. Sabe o que eu fico pensando? A gente quer desenvolver o 4º distrito, mas aí a gente vai deixar de dar incentivos para outros locais? Ver. Cecchim, por exemplo, nós vamos ali encher de bares, enfim, vamos projetar entretenimento, mas aí vai desviar e outros lugares. Na verdade não cria mais emprego e renda, transfere de um bairro para outro. É a migração, porque não cria o novo, e da habitação, simplesmente tiram pessoas dali, porque o melhor é a especulação imobiliária. Eu tiro gente dali, mas eu não tiro o problema social da cidade que vai continuar sendo o mesmo: 60 mil pessoas sem moradia; nós vamos continuar tendo mais de 50 mil pessoas que não conseguem fazer três refeições ao dia em Porto Alegre. Eu convido, colegas: vocês falam tanto do 4º Distrito, 5, 10 minutos do Centro; vai aqui na Vila da Pedreira, no Cristal, e vocês vão ver o problema crônico de saúde pública; vocês vão ver problemas crônicos de miséria, de fome, também é perto. Por que que ali não tem um projeto para acolher aquele povo? Esta cidade está sendo segregada há muito tempo, porque quem trabalha, quem produz, não chega a ser recebido pelas pessoas que estão no poder. Olhem só esse vidro aqui, que separa nós do povo, com todo o respeito à ideia colocada e tal, mas é um isolamento, é um afastamento. Nós não podemos nos afastar, e, este projeto, como está, sem as emendas, nos afastam de resolver o problema da cidade. Esta cidade já foi melhor, gente, vamos nos unir.

Então eu peço apoio de vocês à Emenda nº 06 para qualificar, para tentar consertar um projeto que está meramente sendo a representação de um neoliberalismo que já deu errado no mundo inteiro; vereador, parlamentar, político, não pode ser uma ferramenta do capital. Os vereadores não podem ficar por aí jogados aos interesses momentâneos, nós temos que discutir no longo prazo. Por que discutir só o 4º Distrito e não discutir o plano diretor, a cidade como todo? São centenas de micro comunidades desassistidas, sem políticas; só de 4 e 5 anos, crianças, nós temos mais de 5.100 vagas na educação infantil, e esse debate não se faz aqui, por exemplo, não se faz da habilitação, que é o tema desta emenda, não se faz o debate da educação, da saúde. É triste! Triste.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 007/22.

**VEREADOR ROBERO ROBAINA (PSOL):** É muito breve viu, Presidente Cecchim, eu vou ser muito econômico, até pela condição de *on-line*, sei que tem muito poucos vereadores aí no plenário, mais em respeito inclusive aos que estão no plenário; eu tive que me ausentar, mas tratei de voltar logo, mas eu também quero expressar o apelo, porque, na verdade, eu fiz o meu pronunciamento na discussão geral do projeto apontando que nós acreditamos. Eu, o PSOL, enfim, pelo menos a

elaboração que eu tenho, ela leva em conta a necessidade de investimento e ver que o 4º Distrito pode ser um potencial de desenvolvimento, embora o que o Ver. Jonas falou também seja verdade. Essa emenda é a típica emenda que o governo poderia acatar se tivesse realmente um interesse de fazer algum tipo de política social, porque o que nós estamos pedindo com essa Emenda nº 06 é garantir que haja técnicos, que o governo municipal tenha assessoramento técnico, assessorie as famílias tecnicamente para que não haja moradias inadequadas; portanto, é valorizar também a área. Além do mais – e isso é um ponto –, para fazer um estabelecimento com o governo federal, com o governo estadual, para garantir a fiscalização, porque, do contrário, nós não vamos pensar numa política habitacional. Esse é só o conteúdo da emenda e, dessa forma, eu apelo para que o governo aprove, porque o governo tem maioria para isso, e essa foi a razão pela qual nós fizemos a emenda. Não é para negar a importância de ter um projeto específico para o 4º Distrito, mas é para que se possa incorporar as pessoas mais pobres dentro desse projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação a Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 007/22.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Após a apuração nominal.)

Sr. Presidente, são 11 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): REJEITADA** a Emenda nº 06 ao PLCE nº 007/22.

Ver. Oliboni, por favor, V. Exa. tinha feito uma solicitação.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento):** Nobre Presidente, nós percebemos que, infelizmente, o governo não está sendo sensível às nossas emendas. É um direito que cabe à base do governo. Solicito formação de bloco de votação para as Emendas nºs 07, 08 e 10, destacadas, ao PLCE nº 007/22, com direito a encaminhamento.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Consulta às lideranças se pode ser formado o bloco? (Pausa.) Concordado.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando formação de um bloco de votação composto pelas Emendas nºs 07, 08 e 10, destacadas, ao PLCE nº 007/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o bloco composto pelas Emendas nºs 07, 08 e 10, destacadas, ao PLCE nº 007/22. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saudando o Presidente, os colegas vereadores, vereadoras, a comunidade que ainda está aqui resistindo, do 4º Distrito, queremos registrar aqui, em nome da oposição, que o fato de dar acordo para votar o restante das emendas em bloco não quer dizer que nós não lutamos pelo o que a própria comunidade reivindicou, e as bancadas da oposição encaminharam como emendas. O que nós queremos registrar aqui é que, infelizmente, o governo não foi sensível aos apelos da comunidade. Isso aconteceu no Centro Histórico, quando o governo encaminhou um projeto de lei do plano diretor, está acontecendo agora no 4º Distrito, e infelizmente poderá acontecer nas outras regiões da cidade. Nós percebemos que o governo Melo, governo do Ricardo Gomes, que está aqui, é um governo que tem uma clara impressão de governar para os mais ricos, de governar para os capitalistas. E é por isso que, se os senhores observarem, os inúmeros benefícios dados ao 4º Distrito para novos empreendedores vão até o aumento do índice construtivo, até 300 metros em algumas regiões, como isenção de IPTU, isenção de ISSQN, e não tem nenhum projeto específico para garantir as mais de dez comunidades que estão ali correndo o risco de serem despejadas. Nós temos a esperança de que a mudança do Governo Federal vá mandar muitos recursos para os estados e municípios, e nós teremos condições de direcionar recursos para regulação fundiária, para o novo programa do Minha Casa Minha Vida, uma série de questões fundamentais para os cidadãos que moram na periferia da cidade, não é diferente no 4º Distrito. Mas o governo não foi sensível às emendas que nós encaminhamos aqui em nome da comunidade. Eu só espero que o governo, Ver. Bosco, quando quiser deslocar uma dessas comunidades, diga para nós onde vão morar, porque não vão morar embaixo da ponte! Vão ir na frente da Prefeitura até que o prefeito diga quais são as moradias dignas que o povo que será deslocado vai ocupar. Pelo que está sendo apresentado como a menina dos olhos do 4º Distrito não é para o povo pobre, é para os grandes empreendedores, é para os ricos! Está claro e preciso na conclusão do Plano Diretor. E nós estamos aqui avisando porque, sempre que nós nos posicionamos, nós olhamos toda a floresta, a cidade toda, os cidadãos, os instrumentos públicos, seja na área da reciclagem, seja no posto de saúde, seja na escola infantil e não só prédios de concreto onde os grandes empreendedores querem saber quanto vão ganhar ou quanto estão ganhando.

Muitos, no Centro Histórico, ganharam como compensação do Município a reformulação do passeio da calçada. Agora, recentemente, o governo aprovou aqui na Câmara, à nova concessionária do aeroporto, a isenção de 60 milhões de IPTU. Sabem qual foi a resposta que a Fraport, que hoje tem o gerenciamento do aeroporto, deu? Cobrar pedágio para o cidadão entrar na área de carga e descarga, ou de poder entrar com táxi, Uber e assim por diante.

Lamentavelmente esse governo não é para os pobres, esse governo percebe claramente que até os órgãos de imprensa estão dizendo: “Na região leste morreu afogada uma das pessoas que moram lá porque mora ao lado de um arroio”. Precisam ser deslocadas ali mais de 20 mil famílias. Qual é o programa que o governo tem para as famílias mais pobres? Não têm! E é isso que nós estamos cobrando, é isso que nós

estamos pedindo ao governo, para ele abrir os olhos e governar para todos, essa que é a verdade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação o bloco formado pelas Emendas nºs 07, 08 e 10, destacadas, ao PLCE nº 007/22.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Bom, vocês estão vendo o que está acontecendo na cidade. Problemas brotam em todos os cantos todo dia, o prefeito não resolve, vira as costas. Vocês viram a última dele? Postou nas redes sociais ele fazendo um gingado com uma máquina de cortar grama. Literalmente é isso que ele faz – literalmente é isso que ele faz: gingado para lá, gingado para cá, fotografia, ajeitado, às vezes bota um chapéu de palha, faz a figura – não é? –, tem que criar o personagem. Mas a verdade é um personagem que está sendo nefasto para a cidade porque não olha o todo, não olha o bolo inteiro dos problemas. Eu quero, sim, que os problemas do 4º Distrito sejam resolvidos, eu quero, sim, que a população dali seja olhada, mas eu quero que aquela população seja ouvida. Provavelmente nós vamos ter hoje pessoas votando projeto de lugares em que nunca foram, nunca foram, nunca estiveram, não têm nem base ali, nem base social, não conhecem, não sabem a história, não veem o que acontece. Tem pessoas que ficam surpresas que em Porto Alegre tem mais de 5 mil pessoas em situação de moradia de rua porque só veem essa pessoa, às vezes, quando sai de seu apartamento: “Ah tem uma ali”. Eu quero que vocês vão até aquela região para vocês conhecerem. Vocês vão votar aqui, muitas vezes, nesse momento contra emendas que qualificam. Olhem isso: a Emenda nº 09 vocês têm que aprovar, só pelo conjunto da obra vocês têm que aprovar todas juntas nesse bloco, porque a Emenda nº 09 ela corrige um erro da Prefeitura. Onde já se viu a Prefeitura pegar dinheiro seu do caixa para pagar pintura de prédios privados? Isso é escandaloso! O pessoal da Restinga também tem que ter, a Prefeitura também tem que pagar a tinta das suas residências! O Menino Deus quer também, Morro da Cruz, Partenon, Lomba do Pinheiro; inclusive até se puder rebocar algumas casas e depois pintar. A Emenda nº 09 é justamente para a Prefeitura não pagar isso; eu nunca tinha visto um governo doar tinta para todo mundo, doar tinta para todos os prédios privados, casas privadas. Eu fico escandalizado, Ver. Oliboni, com o que eu estou vendo neste projeto. Eu não tenho como votar a favor deste projeto. É um Frankenstein, é um monstro, sem contar que está aqui colocado várias coisas de que prédios abandonados durante tanto período vão ser resgatados pela Prefeitura. Depois vai dar um monte de processo judicial, porque a Prefeitura, muitas vezes, não tem a quantidade necessária de técnicos para avaliar realmente se está abandonado ou não está. Eu fico pensando, sabe, nas pessoas que têm seus imóveis, nas pessoas que tentaram fazer um patrimônio na vida, essas pessoas não estão sendo ouvidas hoje. Hoje, quem está sendo ouvido aqui é meia dúzia de mega comerciantes interessados, meia dúzia de gente que quer comprar e vender, quer especular; compra,

ganha um dinheirinho aqui, ganha um dinheirinho ali, num terreno, numa casa. A especulação, gente, ela não se importa com direitos sociais e, nós, vereadores, deveríamos fundamentalmente cumprir o nosso dever constitucional da lei orgânica de lutar para melhorar as políticas públicas, e este projeto não é isto. Este projeto é uma ilusão, é uma fantasia, é o mundo encantado que não vai se implementar. Escutem isso que o Ver. Jonas Reis está dizendo, o professor Jonas Reis está dizendo, neste dia, nesta tribuna, fica registrado nos anais, não vai acontecer isto aqui, uma por que o Melo não vai dar continuidade, outra por que ele não tem competência para fazer mudanças estruturais na cidade, e, terceiro, que ele está esquecendo de mais de 95% da população ao discutir só um perímetro. Isso, prefeito Melo, é escandaloso. O senhor se comprometeu não sei com o quê; nem sei se comprometeu, nem sei se o senhor leu este projeto. Até fico pensando: um projeto tão mal escrito, será que o senhor, advogado de carreira, que tem escritório e tudo mais, será que leu isto? Gente do céu, deveria se envergonhar, prefeito Melo, se envergonhar. Eu votarei sim nas emendas e espero que todo mundo aprove.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o bloco composto pelas Emendas n°s 07, 08 e 10, destacadas, ao PLCE n° 007/22.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Após a apuração nominal.) Sr. Presidente, são 11 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): REJEITADO** o bloco das Emendas n°s 07, 08 e 10 ao PLCE n° 007/22.

Esta presidência faz um requerimento solicitando a formação de bloco de votação composto pelas Emendas n°s 03, 04, 11,12 e 13 ao PLCE n° 007/22. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis e pelo Ver. Aldacir Oliboni, o bloco composto pelas Emendas n°s 03, 04, 11, 12 e 13 ao PLCE n° 007/22.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Após a apuração nominal.) Sr. Presidente, são 13 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): REJEITADO** o bloco composto pelas Emendas n°s 03, 04, 11, 12 e 13 ao PLCE n° 007/22.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Mensagem Retificativa n° 01 ao PLCE n° 007/22.



**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Após a apuração nominal.) Sr. Presidente, 23 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): APROVADA** a Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 007/22.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 01 ao PLCE nº 007/22.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Sr. Presidente, são 21 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): APROVADA** a Emenda nº 01 ao PLCE nº 007/22.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLCE nº 007/22.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Após a apuração nominal.) Sr. Presidente, são 23 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): APROVADO** o PLCE nº 007/22.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Aprego documento firmado pelo Ver. Moisés Barboza, por meio do qual comunica a alteração de seu nome parlamentar para Moisés Maluco do Bem.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Registrado. Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, muito obrigado. Todos representaram aqui as suas ideias com muita altivez. O Ver. Jonas recebeu um elogio aqui no meu celular, não sei por quê. Diz que os discursos do professor de música Jonas Reis soam como música de violino. Eu achei exagerado, mas foi o que aconteceu.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 20h20min.)

\* \* \* \* \*